

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
Centro de Letras e Comunicação
Programa de Pós-Graduação em Letras



Dissertação de Mestrado

**Mudanças históricas no espaço sul-rio-grandense e na figura do gaúcho na
Trilogia do Gaúcho a pé de Cyro Martins**

Jean Fabricio Lopes Ferreira

Pelotas
2021

Jean Fabricio Lopes Ferreira

**Mudanças históricas no espaço sul-rio-grandense e na figura do gaúcho na
Trilogia do Gaúcho a pé, de Cyro Martins**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras do Centro de Letras e Comunicação da Universidade Federal de Pelotas, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Letras.

Orientador: Prof. Dr. Eduardo Marks de Marques

Pelotas

2021

|

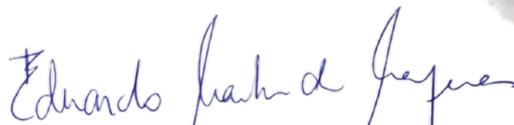
Jean Fabrício Lopes Ferreira

**Mudanças históricas no espaço sul-rio-grandense e na figura do gaúcho na
Trilogia do Gaúcho a Pé, de Cyro Martins.**

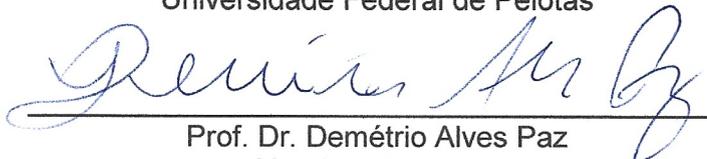
Dissertação aprovada, como requisito parcial, para obtenção do grau de Mestre em Letras, Área de concentração Estudos da Linguagem, do programa de Pós-Graduação em Letras, da Universidade Federal de Pelotas.

Pelotas, 21 de dezembro de 2021

Banca examinadora:



Prof. Dr. Eduardo Marks de Marques
Orientador/Presidente da banca
Universidade Federal de Pelotas



Prof. Dr. Demétrio Alves Paz
Membro da Banca
Universidade Federal da Fronteira Sul



Profa. Dra. Mairim Linck Piva
Membro da Banca
Universidade Federal de Rio Grande



Profa. Dra. Claudia Lorena Vouto da Fonseca
Membro da Banca
Universidade Federal de Pelotas

Universidade Federal de Pelotas / Sistema de Bibliotecas
Catalogação na Publicação

F384m Ferreira, Jean Fabricio Lopes

Mudanças históricas no espaço sul-rio-grandense e na figura do gaúcho na Trilogia do Gaúcho a pé, de Cyro Martins / Jean Fabricio Lopes Ferreira ; Eduardo Marks de Marques, orientador. — Pelotas, 2021.

90 f.

Dissertação (Mestrado) — Programa de Pós-Graduação em Letras, Centro de Letras e Comunicação, Universidade Federal de Pelotas, 2021.

1. Gaúcho a pé. 2. Cyro Martins. 3. História. 4. Regionalismo. I. Marques, Eduardo Marks de, orient. II. Título.

CDD : 809

Agradecimentos

Agradeço primeiramente ao meu orientador, o Prof. Eduardo Marks de Marques, por me acolher nestes dois anos de mestrado, demonstrando uma sensibilidade ímpar desde o primeiro dia, seja ao acolher e respeitar minhas escolhas teóricas e entender as minhas dificuldades, inseguranças e ansiedades e nunca ter deixado que eu desacreditasse em mim mesmo como pesquisador.

Uma figura importante, que marcou minha formação em Letras, precisa receber um agradecimento especial. Meus sinceros agradecimentos à Prof^a Andrea Perrot, que tão gentilmente me ajudou a redigir meu pré-projeto quando nada a obrigava a tal feito. Se essa dissertação existe, ela tem sementes no apoio e admiração que tive por e para com ela.

Agradeço também à banca examinadora, os professores Marim Linck Piva, Demétrio Alves Paz e Cláudia Lorena Vouto da Fonseca, que me acompanhou na qualificação e na defesa, pelos comentários enriquecedores ao meu trabalho.

À minha família devo imensos e inúmeros agradecimentos, sem o apoio deles em todas as minhas escolhas profissionais jamais estaria onde estou.

Aos meus amigos pelo apoio incondicional, pela paciência em me ouvir no desespero que a escrita me trouxe em diversos momentos, por sempre acreditarem em mim e não me deixarem desistir jamais: muitíssimo obrigado.

Antes de ser pesquisador, eu sou professor. Portanto, agradeço a todos os professores que tive, desde os que me alfabetizaram até os que me amadureceram dentro da universidade. E não menos importante, aos alunos que tive, tenho e terei. Os resultados deste processo, o meu amadurecimento como profissional é, também, para vocês.

RESUMO

FERREIRA, Jean Fabricio Lopes. **Mudanças históricas no espaço sul-riograndense e na figura do gaúcho na Trilogia do Gaúcho a pé, de Cyro Martins.** 2021. 90f. Dissertação (Mestrado em Letras) - Programa de Pós-Graduação em Letras - Universidade Federal de Pelotas, Pelotas: 2021.

Este trabalho propõe-se a perceber como as mudanças sócio-históricas ocorridas no Rio Grande do Sul, em sua constituição de espaço e figura do gaúcho, durante a segunda metade do século XX, são retratadas na Trilogia do Gaúcho a pé, de Cyro Martins à luz da crítica marxista. Para tal, tratou-se a Trilogia do Gaúcho a pé como uma série de romances históricos. Elencou-se as contribuições teóricas sobre o romance histórico de György Lukács, principalmente quem é o herói do romance histórico e a noção de história lukácsiana; e as ideias da teoria da produção do espaço social de Henri Lefebvre, ou seja, como esse espaço constituído na Campanha gaúcha é vivido, percebido e concebido. Além disso, adicionou-se à análise o debate sobre regionalismo dentro do campo dos estudos literários, a relação de quebra ou continuidade do mito do centauro dos pampas e a aproximação da literatura e a história. Desta forma entende-se que a Trilogia do Gaúcho a Pé pode ser lida como uma série de romances históricos, na qual a noção de história do autor impulsiona um retrato verossímil do caminho da população rural gaúcha e de sua intensa e gradativa degradação moral, social e econômica, bem como cria um espaço que contribui e retroalimenta a História. Adicionalmente, consegue-se perceber como é possível atualizar Cyro Martins como um grande comentador das mazelas do povo gaúcho que também se atualizaram no século XXI.

Palavras-chave: Gaúcho a Pé; Cyro Martins; história; regionalismo.

ABSTRACT

FERREIRA, Jean Fabricio Lopes. **Mudanças históricas no espaço sul-riograndense e na figura do gaúcho na Trilogia do Gaúcho a pé, de Cyro Martins.** 2021. 90f. Dissertação (Mestrado em Letras) - Programa de Pós-Graduação em Letras - Universidade Federal de Pelotas, Pelotas: 2021.

This work aims to understand how the socio-historical changes that occurred in Rio Grande do Sul, in its constitution of space and figure of the gaucho, during the second half of the 20th century, are portrayed in the Gaúcho a pé Trilogy, by Cyro Martins, in light of Marxist criticism. To this end, the Gaúcho a pé Trilogy was treated as a series of historical novels. The theoretical contributions on the historical novel by György Lukács were listed, mainly who is the hero of the historical novel and the notion of Lukascian history; so were the ideas of Henri Lefebvre's theory of production of social space, that is, how this space constituted in the Campanha gaúcha is lived, perceived and conceived. In addition, the debate on regionalism within the field of literary studies was added to the analysis, as well as the relationship of breaking or continuity of "centauro dos pampas"'s myth and the approximation between literature and history. In this way, it is understood that the Gaúcho a Pé Trilogy can be read as a series of historical novels, in which the author's notion of history drives a credible portrait of the Rio Grande do Sul's rural population's path and its intense and gradual moral, social and economic degradation, as well as creating a space that contributes and feeds back History. Additionally, it is possible to perceive how it is possible to update Cyro Martins as a great commentator on the ills of the gaúcho people who were also updated in the 21st century.

Keywords: Gaúcho a Pé; Cyro Martins; history.

SUMÁRIO

1. Introdução.....	9
2. Revisão da literatura.....	12
2.1. O romance histórico para György Lukács	13
2.2. Henri Lefebvre: acepções marxistas sobre o espaço.....	27
2.3. Cyro Martins e o regionalismo dentro do panorama da literatura sul-rio-grandense na primeira metade do século XX.....	29
3. A primeira metade do século XX: formação do Rio Grande do Sul	35
3.1. Da Revolução Federalista aos governos Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros.....	35
3.2. Os governos Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros: positivismo à gaúcha e coronelismo	40
3.3. A constituição econômica do Rio Grande do Sul na República Velha	46
3.4. A Revolução de 30 e o Estado Novo no Rio Grande.....	48
4. O espaço sócio-histórico da Campanha n'A Trilogia do Gaúcho a pé.....	51
4.1. <i>Sem Rumo</i> e o Rio Grande do Sul entre a Revolução de 23 e o governo Borges de Medeiros.....	52
4.2. <i>Porteira Fechada</i> : o desenvolvimento pleno da miséria do gaúcho a pé.....	63
4.4. <i>Estrada nova</i> : qual é o novo caminho?.....	73
5. Considerações finais	83
Referências.....	87

1. Introdução

Uma dissertação é um produto de uma caminhada de, a priori, dois anos. Para mim, ela iniciou-se ainda em 2016, ao fim do meu terceiro semestre da graduação/licenciatura em Letras, na UFPel. Concluía, então, a disciplina de Panorama da Literatura Brasileira II e conversava com a professora sobre possibilidades de tema da dissertação. A abordagem crítica manteve-se a mesma nesses anos: a crítica de base marxista. Não era difícil escolhê-la, pois estava amadurecendo minha visão política da realidade e já me identificava como comunista.

O ano de 2018 chegou, logo, comecei a preparar um pré-projeto. Neste, o qual considero muito ambicioso para um mestrado e que exigiria um preparo teórico maior do que eu conseguiria, propunha-me a analisar a representação da classe trabalhadora na literatura brasileira em alguns romances do século XX — resquício da minha paixão pela disciplina citada anteriormente. Como será visto, este *corpus* e ideia foram abandonados. Porém, a inquietação com o processo de industrialização e como isso modifica a sociedade brasileira continuaram a me assombrar. Na reorganização do *corpus*, que gerou esta dissertação, pretendi tangenciar tais problemáticas, todavia, em um aspecto particular, localizado e até mesmo estético.

O Brasil, como país marginalizado frente às Revoluções Industriais ocorridas na Europa e nos Estados Unidos entre os séculos XVIII e XIX, sofreu seu processo de industrialização tardiamente, nas primeiras décadas do século XX. Neste movimento estabelecem-se as relações sociais próprias de uma sociedade de classes, com a definição mais clara de proletariado e de burguesia.

Destarte, a arte, que não se dissocia do processo histórico da humanidade, serviu como testemunha deste processo. Por isso, esta dissertação busca entender à luz da crítica marxista como a trilogia do Gaúcho a pé, de Cyro Martins, retrata as mudanças socioeconômicas ocorridas na Campanha gaúcha durante a primeira metade do século XX, as quais levaram ao empobrecimento e desumanização do gaúcho, bem como a destruição do mito cercando esta figura.

Justifica-se a escolha deste tema, pois o estudo aqui proposto pretende a retomada de um importante arcabouço teórico da crítica literária, que perdeu certo

espaço nas discussões acadêmicas — a crítica marxista. Ademais, em um momento conflituoso na democracia brasileira, pontuar um estudo de base marxista, cuja teoria tem sofrido certa perseguição, renova o compromisso da universidade brasileira com o livre exercício do pensar.

Depois, esta pesquisa revela sua importância em contribuir para novas leituras da história da literatura brasileira. Espera-se que as reflexões desenvolvidas nesta pesquisa sejam importantes para o círculo acadêmico em relação ao tema abordado, pois visa reconhecer e visitar um período importante da história gaúcha e que reverbera até a contemporaneidade.

Para se atingir tal objetivo, partiu-se das seguintes questões norteadoras:

- 1) Qual era o contexto social, histórico e cultural do Rio Grande do Sul na primeira metade do século XX?
- 2) Quais eram os conflitos da campanha gaúcha que são retratados nas obras?
- 3) De que forma, dentro da trilogia, entende-se a figura do gaúcho?
- 4) Onde se encontra a trilogia dentro dos sistemas literários gaúcho e brasileiro?

Estas perguntas são respondidas nesta dissertação ao longo de cinco capítulos: a introdução, a revisão da literatura, o panorama histórico do Rio Grande do Sul na primeira metade do século XX, a análise literária e as considerações.

A revisão da literatura dá-se no segundo capítulo. Nela, primeiramente, mostrou-se o primeiro eixo para a análise da trilogia do Gaúcho a pé: as noções de história e herói na obra *O Romance histórico*, de György Lukács, além das divisões propostas pelo autor na história dessa forma de romance. Em um segundo momento, discute-se sobre uma leitura marxista acerca do espaço e, para tal, elenca-se a teoria da produção do espaço social do filósofo francês Henri Lefebvre. Após, realiza-se um levantamento sobre o panorama da literatura sul-rio-grandense do período de publicação de *Sem rumo* (1937), *Porteira fechada* (1944) e *Estrada nova* (1954), salientando-se noções e problematizações do termo regionalismo e as visões míticas diagnosticadas pela crítica na literatura produzida no Rio Grande do Sul.

O terceiro capítulo dedica-se a retomar um pouco da história política e

econômica do Rio Grande do Sul na primeira metade do século XX. Aborda-se o positivismo “à gaúcha” desenvolvido no estado, nos governos Júlio de Castilhos, Borges de Medeiros e Getúlio Vargas, o coronelismo como prática comum da República Velha, a importância da agropecuária para a economia sul-rio-grandense e as revoluções de 1893, 1923 e 1930.

A análise das obras, a partir dos pressupostos teóricos discutidos no primeiro capítulo, dá-se no quarto capítulo, dividindo-se em três seções, uma para cada romance e discute-se concomitantemente as noções de herói e espaço em cada romance.

Por fim, apresentam-se as considerações.

2. Revisão da literatura

O escopo essencial do romance é a representação da direção em que a sociedade se move. LUKÁCS (2011)

O conjunto teórico do pensamento de Karl Marx desde sua publicação em meados do século XIX afetou para sempre as ciências humanas. A influência do pensamento marxiano não se limitou somente à Economia ou à Sociologia, mas se expandiu para áreas próximas, como Filosofia, História e Artes. Ao longo do século XX, diversos pensadores marxistas tentaram pensar uma estética, uma teoria da literatura e crítica literária marxista. Terry Eagleton (2011), em seu *Marxismo e crítica literária*, cita György Lukács, Lucien Goldmann, Theodor Adorno, Walter Benjamin, Bertold Brecht, por exemplo, como pensadores que ajudaram a edificar uma crítica literária de base marxista.

Dentro da sistematicidade de uma leitura marxista da literatura, considera-se dois pontos: 1) o sistema marxista não se desliga jamais do processo unitário da história, já que é a partir da história que se concebem as leis gerais e específicas de um momento histórico; e 2) conceber as leis particulares não incorre nunca em um relativismo histórico. (LUKÁCS, 1965)

Segundo a perspectiva do materialismo histórico, as ideologias — dentre elas, a literatura e a arte — são superestruturas subordinadas à infraestrutura: o sistema econômico. Isto posto, o método dialético não admite que se estabeleça um nexo causal entre infra e superestrutura, pois nenhuma relação de causa e efeito é unívoca: ele reconhece diversas relações complexas de causa e efeito. (LUKÁCS, 1965; EAGLETON, 2011)

É importante ressaltar que um trabalho que se apoia em uma crítica marxista não pode se reduzir a uma simples “sociologia da literatura”, pois, como sugere Eagleton:

A crítica marxista não é meramente uma ‘sociologia da literatura’, dedicada à maneira como os romances são publicados e como eles mencionam (ou não) a classe trabalhadora. Seu objetivo é *explicar* a obra literária de forma mais plena; e isso significa uma atenção sensível às suas formas, estilos e significados. (EAGLETON, 2011, p. 14-15)

Um dos primeiros passos para essa explicação é entender a visão marxista da sociedade e a própria estética marxista é sistematizada por Lukács da seguinte forma:

A ideia central do marxismo no que se refere à evolução histórica é a de que o homem se fez homem diferenciando-se do animal através do seu primeiro trabalho. A função criadora do sujeito se manifesta, por conseguinte, no fato de que o homem cria a si mesmo, se transforma ele mesmo em homem, por intermédio do seu trabalho, cujas características, possibilidades, graus de desenvolvimento, etc., são, certamente, determinadas pelas circunstâncias objetivas, naturais ou sociais. (LUKÁCS, 1965, p. 15)

Essa “função criadora” mencionada por Lukács traz ecos das teorias de Benjamin e Brecht, no que se refere à arte, mesmo que existam divergências entre esses autores. (EAGLETON, 2011). É por essa “força criadora” que se alcança uma autêntica dialética entre o fenômeno e a essência pela combinação entre o conceito de “tipo” e a teoria do reflexo. (LUKÁCS, 1965)

2.1. O romance histórico para György Lukács

O filósofo húngaro György Lukács privilegia a forma romance em seus escritos sobre literatura. Em *A teoria do romance* (2000 [1965]), Lukács traça um paralelo entre formas épicas: a epopeia e o romance. A primeira está situada em um momento de não fragmentação do mundo, onde o escritor da epopeia e sua sociedade compartilham de concepções e noções muito parecidas; assim, outorgando a epopeia como a história dos povos e não do indivíduo. Em contrapartida, o romance, dado o hiato temporal entre as formas, localiza-se em um momento fragmentado pela História. Dessa forma, o herói romanesco sempre busca a totalidade da realidade:

O romance é a epopeia de um tempo em que a totalidade extensiva da vida já não é dada de maneira imediata, de um tempo para o qual a imanência do sentido à vida se tornou um problema, mas que, apesar de tudo, não cessou de aspirar à totalidade. (LUKÁCS, 2000, p. 55)

Em outros termos, o romance se constitui como o construto formal que tenta dar forma à totalidade da vida, ao tentar conciliar os fragmentos da vida em uma narrativa que organicamente espelhe a realidade: “O romance, como ‘epopeia

burguesa', surge precisamente como um produto da coerência artística a partir da qual todas as conclusões são tiradas, também em sentido formal, das mudanças da vida." (LUKÁCS, 2011, p. 167)

Em *O Romance histórico* (2011 [1955¹]), ele trata dessa forma peculiar do romance: o romance histórico, cujo desenvolvimento foi visto por Lukács em um momento clássico em Walter Scott, outro decadente pós-1848 e um antifascista, tangenciando o momento histórico de escrita da obra.

Para Lukács, o romance histórico — que não apenas usa a história como efeito estético de fidelidade histórica — só surgirá com Walter Scott no século XIX, pois é em suas obras que o elemento histórico figurará organicamente o texto, isto é, “o fato de a particularidade dos homens ativos derivar da especificidade histórica de seu tempo”. (LUKÁCS, 2011, p. 33)

Ademais, são as condições socioeconômicas do início do século XIX que permitirão que Scott consiga essa particularidade histórica: a filosofia iluminista permitirá que esse aspecto se torne algo concreto para os escritores realistas, pois se acende “uma clareza sobre a história como processo, sobre a história como condição concreta do presente” (LUKÁCS, 2011, p. 36); as revoluções ocorridas entre o fim do século XVIII e o início do século XIX, em especial a Revolução Francesa, transformaram a história em uma experiência das massas, vivida efetivamente pelo povo, e não um acontecimento desligado, quase abstrato.

Entre 1789 e 1814, as nações europeias viveram mais revoluções que em séculos inteiros. E a celeridade das mudanças confere a essas revoluções um caráter qualitativamente especial, apaga nas massas a impressão de "acontecimento natural", torna o caráter histórico das revoluções muito mais visível do que costuma ocorrer em casos isolados. [...] Se a essa experiência vem unir-se o reconhecimento de que tais revoluções ocorrem no mundo inteiro, fortalece-se extraordinariamente o sentimento de que existe uma história, de que essa história é um processo ininterrupto de mudanças e, por fim, de que ela interfere diretamente na vida de cada indivíduo. (LUKÁCS, 2011, p. 38)

No período pós-Revolução Francesa, conhecido como Restauração, as noções sobre a história se modificam e convivem em tensão. De um lado, uma tendência reacionária e romântica que usava de uma apologia feudalista, contra a tradição iluminista que caminhava para uma periodização da história feita

¹ Ano de publicação de *O Romance histórico* em alemão.

cientificamente e racionalmente. Lukács resume esse embate e o caminho para a construção dessa historicidade no século XIX da seguinte maneira:

Com isso, porém, operou-se uma grande mudança de visão de mundo na concepção do progresso humano, em comparação com o Iluminismo. O progresso deixa de ser visto como um progresso na luta essencialmente anistórica da razão humanista contra a razão feudal absolutista. Segundo essa nova concepção, a racionalidade do progresso humano é desenvolvida de modo cada vez mais acentuado a partir do conflito interno das forças sociais na própria história; de acordo com essa concepção, a própria história deve ser a portadora e a realizadora do progresso humano. O mais importante aqui é a consciência histórica cada vez maior do papel decisivo que a luta de classes desempenha no progresso histórico da humanidade. O novo espírito de historicidade, que pode ser visto com mais nitidez nos grandes historiadores franceses do período da Restauração, concentra-se precisamente nesta questão: nas provas históricas de que a sociedade moderna surgiu das lutas de classes entre a nobreza e a burguesia, das lutas de classe que fulminaram a "Idade Média idílica" e cuja última e decisiva etapa foi a grande Revolução Francesa. (LUKÁCS, 2011, p. 43)

A partir dessa nova concepção de história que, no campo da filosofia, Hegel contribuirá para entender o novo humanismo do século XIX, afinal, o filósofo alemão vê “o homem como produto de si mesmo, de sua própria atividade na história” (LUKÁCS, 2011, p. 44) e “na história um processo impulsionado pelas forças motoras intrínsecas da história, cujo efeito todos atinge todos os fenômenos da vida humana, inclusive o pensamento”. (LUKÁCS, 2011, p. 45)

Na obra de Walter Scott, o romance histórico estabelece-se organicamente, pois “uma forma nova, histórica, de ver a realidade surgiu da própria vida [...] a partir do nascimento, da expansão e do aprofundamento do sentimento histórico.” (LUKÁCS, 2011, p. 282)

Afinal, o conteúdo histórico que pode se estabelecer pelas razões socioeconômicas já discutidas, permitindo a apreensão sensível das problemáticas sociais, que só “pode surgir da compreensão de sua pré-história, da história do surgimento dessa sociedade.” (LUKÁCS, 2011, p. 282)

O contexto inglês, do momento no qual Scott produzia, foi de imensa importância, pois diferentemente de outros países europeus, como a França e a Alemanha, a Inglaterra já vivia um espírito histórico pós-revolucionário por ter vivenciado sua revolução burguesa no século XVII e, portanto, desfrutando de um desenvolvimento socioeconômico “pacífico” e contínuo, baseado numa visão ideal de história romântica. Como Lukács descreve, “é apenas o resultado da conjugação dos componentes das ininterruptas lutas de classes e de suas pequenas e grandes

disputas, bem ou malsucedidas” (LUKÁCS, 2011, p. 48), permitindo que na Inglaterra a consciência do desenvolvimento histórico dentro da literatura.

Por meio dessas razões, Scott pode desenvolver em seus romances uma objetividade histórica que o liga diretamente às novas camadas sociais que estão arruinadas pelo novo desenvolvimento capitalista industrial. Pelo caráter conservador de Scott, ele não se filia aos entusiastas dessa nova fase do capitalismo, mas por sua visão concreta e objetiva da história não pode conjugar os novos contestadores do novo modelo capitalista.

Walter Scott integra as fileiras dos honestos *tories* da Inglaterra de então, que não poupam críticas ao desenvolvimento do capitalismo e não somente veem claramente, como também demonstram profunda compaixão pela infinita miséria do povo que a derrocada da velha Inglaterra trouxe consigo, mas, justamente por seu conservadorismo, não chegam a ser uma oposição feroz aos traços do novo desenvolvimento que eles rejeitam. (LUKÁCS, 2011, p. 49)

Assim, Scott procura um caminho que fuja desses extremos, pelo meio: “[n]a história inglesa, [Scott] encontra o consolo de a violenta oscilação das lutas de classes ter sempre acabado por apaziguar-se em um glorioso ‘meio’”. (LUKÁCS, 2011, p. 48)

Essa via do meio, pela qual o filósofo húngaro enxerga em Scott, foi notada por Franco Moretti em sua obra *O burguês: entre a história e a literatura*, por meio de processo de abstração na figuração do burguês na literatura europeia: “enquanto a aristocracia se idealizava sem pejo em toda uma galeria de cavaleiros intrépidos, a burguesia não produziu um mito sobre si mesma” (MORETTI, 2014, p. 24-25).

Inclusive, por meio da língua inglesa, surge o termo *middle class*, a classe média. Afinal, a burguesia surgiu nesse lugar mediano, não sendo nem a nobreza, nem os servos. Serviu a propósitos extralinguísticos e em consonância com a nova configuração do capitalismo industrial: “uma vez situada ‘no meio’, a burguesia podia se afigurar como um segmento parcialmente subalterno e não podia ser responsabilizada pelo estado das coisas” (MORETTI, 2014, p. 21) e dava a ilusão, propagada pelo liberalismo, de mobilidade social que a categoria de classe, entendida, por exemplo, como burguesia e proletariado, negava.

É assim que Lukács faz a primeira menção ao herói do romance histórico: “O ‘herói’ do romance scottiano é sempre um *gentleman* inglês mediano, mais ou menos medíocre.” (LUKÁCS, 2011, p. 49). O que faz todo sentido se o que foi

discutido anteriormente até aqui é verdadeiro, desde o entendimento da escolha dos ingleses em seguir sempre o caminho “do meio” no que tange a história e da escolha ideológica da burguesia em se manter longe das extremidades da luta de classes, uma escolha sensata do ponto vista burguês inglês, pois, como argumentamos acima, o desenvolvimento próspero inglês é fruto das disputas das lutas de classe que lá ocorreram: “esses heróis são insuperáveis no modo realista como expressam os traços tanto honrados e cativantes da ‘classe média’ inglesa quanto os limitados”. (LUKÁCS, 2011, p. 51)

Lukács continua suas observações sobre o herói scottiano:

este possui certa inteligência prática, porém não excepcional, certa firmeza moral e honestidade que beiram o sacrifício, mas jamais alcançam o nível de uma paixão humana arrebatadora, de uma devoção entusiasmada a uma causa grandiosa. (LUKÁCS, 2011, p. 49)

Esta escolha do tipo de herói de seus romances é um recurso formal para seguir no “caminho do meio” e permitir ao autor evitar os extremos e, dessa forma, tentar apontar, por meio de uma representação ficcional, porém, objetiva, os momentos de crises da história da Inglaterra. Em geral, o presente não é tema em Scott; o passado, em seus momentos históricos mais importantes, é o modo utilizado pelo romancista inglês de tentar responder, até onde sua visão de mundo permite, os conflitos de classe que se acirram no início do capitalismo industrial. (LUKÁCS, 2011)

Por meio da história da literatura, pode-se entender a escolha desse tipo de herói como uma renúncia e superação do modelo romântico de heroísmo e da constituição de uma representação realista, embora ainda não tenha um sentimento histórico sobre o presente fortemente apurado, rejeita a noção romântica de herói

para figurar as lutas e as oposições da história por meio de homens que, em sua psicologia e em seu destino, permanecem sempre como representantes de correntes sociais e potências históricas. (LUKÁCS, 2011, p. 50)

Assim, a compreensão dos processos históricos continua na seara do social e não parte para o individual, ligando-se, em sua figuração, à épica tradicional. Sua figuração da humanidade dentro da história é importante para Lukács, pois representa tipos sociais históricos. Além disso, é por meio dessas personagens que

ocupam a centralidade do romance scottiano é que a totalidade histórica é tão bem representada. (LUKÁCS, 2011)

Entretanto, por mais que Scott se aproxime da épica, seus personagens centrais certamente destoam dos da Odisseia e da Ilíada. As aproximações entre o romance e a epopeia, que fazem parte da contribuição de Lukács à literatura, fogem do escopo desta dissertação e, portanto, não serão esmiuçadas. Basta aqui uma comparação feita pelo filósofo húngaro no caráter das personagens da época e do romance de Scott:

Do ponto de vista da composição, Aquiles não só é a figura central da epopeia, como também é superior a todos os outros coadjuvantes; ele é de fato o sol em torno do qual giram os planetas. Os heróis scottianos têm, como personagens centrais do romance, uma função oposta. Sua tarefa é mediar os extremos cuja luta ocupa o romance e pela qual é expressa ficcionalmente uma grande crise da sociedade. Por meio da trama, que tem esse herói como ponto central, procura-se e encontra-se um solo neutro sobre o qual forças sociais opostas possam estabelecer uma relação humana entre si. (LUKÁCS, 2011, p. 53)

Nesse sentido, a escolha desses personagens serve, em Scott — por conseguinte, no romance histórico —, para a construção de um elo entre dois lados de um conflito: “[o] destino que cabe ao herói mediano, que na grande crise de seu tempo não se alia a nenhuma das partes em conflito, pode fornecer facilmente, do ponto de vista da composição, esse elo.” (LUKÁCS, 2011, p. 53)

Em suma, a escolha de um herói mediano permite retratar um desenvolvimento da história. Se o romance histórico em Scott utiliza grandes crises históricas em sua composição, seria irreal que todo o povo fosse partidário de um ou outro lado de um conflito, historicamente essas filiações eram fluídas. Ademais, o congelamento da vida do povo frente a qualquer conflito é impossível: a vida continua e os heróis medianos de Scott figuram esse caráter da vida do povo, o que, para Lukács, tem reverberações artísticas gigantescas:

o caráter popular da arte histórica de Walter Scott mostra-se justamente no fato de que essas personagens destacadas, diretamente ligadas à vida do povo, alcançam na figuração uma dimensão histórica maior que as personagens centrais e conhecidas da história. (LUKÁCS, 2011, p. 56)

Além disso, a figuração de figuras importantes da história para a constituição de uma obra na qual a história não seja um mero recurso estético não é uma exigência:

O romance não exige necessariamente a figuração de homens importantes em situações importantes. Em certos casos, ele pode abdicar disso, apresentando as personagens significativas sob uma forma que dê a seus traços uma expressão puramente interna e moral, de modo que a oposição figurada entre o cotidiano mesquinho da vida e esse significado puramente intensivo do homem, essa inadequação entre homem e ação, entre interior e exterior, torne-se o atrativo próprio do romance (LUKÁCS, 2011, p. 159)

Quando se analisa a figuração dos acontecimentos históricos dentro da composição do romance histórico, uma situação semelhante se apresenta. Embora diferente das figuras históricas importantes, que podem se ausentar da trama, os acontecimentos históricos, por sua vez, não podem. Entretanto, não se trata de apresentar um sequenciamento desses, mas, sim, “de figurar de modo vivo as motivações sociais e humanas a partir das quais os homens pensaram, sentiram e agiram de maneira precisa, retratando como isso ocorreu na realidade histórica” (LUKÁCS, 2011, p. 60). No que tange ao que os homens pensaram, sentiram e agiram, a seara não é filtrada por grandes temas: as miudezas, as relações cotidianas se tornam importantes. A especialização de detalhamento de cada acontecimento histórico relevante para a trama também é algo que não é necessariamente um espelhamento do entendimento histórico de quem escreve um romance histórico. Nas palavras de Lukács, o que importa no romance histórico é “*evidenciar, por meios ficcionais, a existência, o ser-precisamente-assim das circunstâncias e das personagens históricas*” (LUKÁCS, 2011, p. 62). Nesse agenciamento acontece uma

composição do quadro de conjunto [que] consiste exatamente em figurar uma interação rica, matizada, cheia de transições entre os diferentes níveis de reação à convulsão da base ontológica, em desvelar ficcionalmente o *nexo* entre a espontaneidade vigorosa das massas e a máxima consciência possível das personalidades dirigentes. (LUKÁCS, 2011, p. 62)

Assim, Scott figura os grandes momentos históricos diretamente relacionados com a vida do povo.

Seu ponto de partida é sempre a figuração do modo como mudanças históricas importantes afetam a vida cotidiana do povo, quais mudanças materiais e psicológicas elas provocam nos homens, que, não compreendendo suas causas, reagem de forma imediata e veemente. (LUKÁCS, 2011, p. 68)

Para Lukács, nisso reside a autenticidade histórica no romance histórico clássico. E, como discutimos anteriormente, isso se dá na figuração do povo e das personagens históricas como humanas, todas as grandes qualidades e limitações das

personagens surgem desse ser claramente alocado historicamente, e não por meio de um psicologismo ou um “colorido local” descritivo, mas “pela ampla figuração de seu ser, pela demonstração de como as ideias, sentimentos e modos de agir crescem a partir desse solo.” (LUKÁCS, 2011, p. 69) Cabe adicionar, ainda, que Scott não limita a sua figuração apenas pelo “baixo”, mas pela interação entre o “alto” e o “baixo”. É deste último, porém, que a explicação literária material do que acontece no “alto” vem. Afinal, é por meio dessa que são figuradas as complexas correntes ideológicas, políticas e morais que brotam das mudanças da vida do povo.

Essa é uma necessidade histórica que se impõe para o romance histórico, por meio do ímpeto dos indivíduos muitas vezes colocados contra a psicologia das personagens, derivado de bases socioeconômicas e representa, ao menos em Scott, uma fidelidade histórica (LUKÁCS, 2011, p. 80). Afinal, a

concretização histórica dos fatos da vida [...] consistiria, portanto, em investigar as condições sócio-históricas de períodos singulares e descobrir se e de que modo sua estrutura econômica, a natureza de suas lutas de classes etc. são favoráveis ou desfavoráveis a uma realização verdadeiramente dramática desses fatos da vida. (LUKÁCS, 2011, p. 156)

Por outro lado, quase paralelamente à contribuição de Scott para o romance histórico e para uma abordagem da história, encontra-se o romance histórico romântico, cujo caráter melhor floresceu na França e preparou o terreno para o desenvolvimento, como entendido por Lukács, de um romance da época da decadência. Na França, no período da Restauração, surgem as bases para esse romance histórico. O movimento da visão histórica dos românticos desse período se realiza de forma a buscar “um olhar retrospectivo aos erros da história” (LUKÁCS, 2011, p. 98-99) e “desvelar esses enganos, a fim de evitá-los no futuro” (LUKÁCS, 2011, p. 99), o que consiste numa visão de legitimistas de vilanizar o processo revolucionário francês. No romance, isso se manifesta na situação que os “fatos da história com um *a priori* subjetivista, moral” (LUKÁCS, 2011, p. 99), que justamente se dobram para conter as verdades morais do autor.

Em Alfred de Vigny, “emerge [...] um pronunciado subjetivismo no tratamento da história, que muitas vezes se eleva até a concepção da incognoscibilidade fundamental do mundo externo” (LUKÁCS, 2011, p. 100) e a “realidade histórica é transformada em uma série desconexa de ficções” (LUKÁCS, 2011, p. 100).

Opostamente a Walter Scott, a figuração de figuras importantes para Vigny aparecem de forma central e “representados por uma série de anedotas de caráter pitoresco e acompanhados de reflexões moralistas” (LUKÁCS, 2011, p. 100). O romance histórico romântico é fruto da subjetivação e moralização da história e nele estabelece-se uma recusa da prosa de Scott. Victor Hugo, nome conhecido dessa tendência — e considerado um bom autor por Lukács — também utiliza os mesmos recursos. Cabe um rápido comentário que, neste momento, houve oposição a essa visão romântica da história, como em Stendhall e Mérimée e, principalmente, Balzac: elencado pelo filósofo húngaro como um verdadeiro prosseguidor de Scott. A importância de Balzac é o último suspiro da visão progressista da história e, pela situação francesa no que tange a Restauração, trazer o realismo para a sociedade contemporânea.

Com isso, a era do romance histórico clássico acaba. Mas isso não significa que o romance histórico clássico se tornou um episódio encerrado da história da literatura, um episódio de importância apenas histórica. Muito pelo contrário: o ponto culminante que o romance do presente atingiu com Balzac só pode ser entendido como continuação dessa etapa de desenvolvimento, como elevação a um patamar superior. No momento que, em consequência das lutas de classes de 1848, desaparece a consciência histórica que caracteriza a concepção balzaquiana do presente, inicia-se a derrocada do romance social realista. (LUKÁCS, 2011, p. 109)

Se o romance histórico, como discutimos até então, dá-se pelas mudanças estruturais e socioeconômicas do início do século XIX, seus desdobramentos ao longo deste século também se dão pelas mesmas razões. Aqui, fala-se da revolução de 1848: momento onde a luta de classes modernas se intensifica; a burguesia abandona seu caráter revolucionário, e a classe trabalhadora assume seu papel nas transformações do mundo. Por outro lado, esteticamente, testemunha-se o início do período da crise do realismo burguês, atestada por Lukács.

Para essa mudança no paradigma do romance histórico, precisa-se entender a mudança na própria concepção de história vivida neste momento. O período anterior a 1848 gozava de um desenvolvimento social pautado pela ideia de progresso e ainda incorporava uma noção de contradição histórica. Por sua vez, na segunda metade do século XIX, ocorre uma mudança que, de certo modo, tenta aplicar o conhecimento das ciências naturais à história, que “só podem resultar [...] [em] uma distorção e uma falsificação dos nexos históricos.” (LUKÁCS, 2011, p. 216) Essa virada tende a uma modernização da história:

Isso significa que o historiador parte da convicção de que a estrutura fundamental do passado é econômica e ideologicamente a mesma da do presente. Portanto, para compreender o presente bastaria atribuir aos homens e aos grupos de épocas anteriores as ideias, os sentimentos e as motivações dos homens atuais. (LUKÁCS, 2011, p. 217)

A ideia de história como pré-história do presente, portanto, se encerra.

Lukács entende, por meio da noção de história de Buckhardt, que houve uma mudança em direção a uma história subjetiva: “Segundo ele [Buckhardt], existem fatos puros, dados pela tradição, que só se podem alcançar mediante a força animadora da própria subjetividade.” (LUKÁCS, 2011, p. 219), o que causa, na literatura, “os grandes homens da história são separados do curso próprio de suas ações, isolados e alçados ao plano do mito” (LUKÁCS, 2011, p. 220) e

as personagens da história são separadas das forças que movem de fato cada época, e seus atos, que se tornaram incompreensíveis por isso, ganham uma pompa decorativa graças exatamente a essa incompreensão. (LUKÁCS, 2011, p. 220)

Para Lukács, esses fatos comprovam que essa visão subjetiva da história é incapaz de representar a realidade histórica em seu percurso contínuo. Por outro lado, como influência filosófica desse período, Nietzsche é elencado como quem sistematiza essa visão de história, é por meio dele que se explicita

[a] necessidade histórica que a burguesia da época tem de falsificar os fatos da história e de descartar cada vez mais os fatos históricos aparece, em Nietzsche, como uma "profunda", "eterna" e "biológica" verdade da vida. (LUKÁCS, 2011, p. 221)

Nessa perspectiva, o cânone europeu do período é composto de autores que não “têm uma relação historicamente necessária com o período clássico do romance histórico, ainda pouco distante no tempo.” (LUKÁCS, 2011, p. 224), cuja concepção histórica subjetivista é “um protesto sincero contra a feiura e a mesquinhez abjeta do presente capitalista” (LUKÁCS, 2011, p. 224), no qual “o passado é estilizado e idealizado como algo tremendamente bárbaro” (LUKÁCS, 2011, p. 224-225).

O grande representante desse desenvolvimento do romance histórico pós-1848 é Flaubert. O escritor francês retrata “querer aplicar à Antiguidade o procedimento, o método do romance moderno” (LUKÁCS, 2011, p. 226) em concordância com seu ódio aos costumes burgueses de sua época. Dessa concepção, parece, na visão de Lukács, surgir o apreço pela história para Flaubert.

Em virtude de seu profundo ódio à sociedade moderna, ele procurou, em uma apaixonada atitude paradoxal, um mundo que não se assemelhava em nenhum aspecto com essa sociedade, não tinha nenhuma relação com ela, direta ou indireta. Essa ausência de relação, ou melhor, essa ilusão de ausência de relação, é decerto, ao mesmo tempo, o momento subjetivo que liga a temática histórica exótica de Flaubert à sua temática cotidiana atual. (LUKÁCS, 2011, p. 228)

O realismo de Flaubert manifesta-se em *Salambô* (1862), romance que se passa em Cartago, trazendo ao leitor os aspectos mais exóticos, coloridos e pitorescos desse ambiente. Com isso, cria-se uma estetização da história que impede ao leitor compreender a relação viva e orgânica mantida entre esse retrato histórico e o presente (LUKÁCS, 2011). O recurso de modernização de personagens, por exemplo, é um exemplo mais concreto dessa plastificação da história. Como o argumento de Lukács parece nos dar a entender, trata-se apenas por meio dessa modernização psicológica que se dá “a única fonte do movimento e da vida nessa fossilizada paisagem lunar feita de exatidão arqueológica.” (LUKÁCS, 2011, p. 232) Afinal, a virtuosidade descritiva dos objetos históricos, diferente do que acontece em Scott, não se integra à vida das personagens, do povo. Essa conexão entre o externo e o interno referente aos personagens inexistente: tudo “torna-se um mundo de *trajes e decorações* historicamente exatas, uma mera moldura pitoresca no interior da qual se desenrola um enredo puramente moderno.” (LUKÁCS, 2011, p. 232)

Os sentimentos da protagonista Salambô são externos e alheios ao destino do seu povo e de sua pátria, o pano de fundo histórico e a história de amor da protagonista são impossíveis de se ligar organicamente, tudo se dá pelo acaso. Esse é o efeito da modernização do enredo.

Essa ausência de relação entre a ação política e a tragédia humana que desperta o interesse do leitor mostra claramente a mudança sofrida pelo sentimento histórico nessa época. A ação política é carente de vida não apenas porque é sobrecarregada com descrições de objetos supérfluos, mas porque ela não tem relação perceptível com uma forma concreta qualquer de vida popular que possamos vivenciar. (LUKÁCS, 2011, p. 233-234)

Lukács prossegue:

E como os motivos humanos não surgem organicamente de um fundamento sócio-histórico, mas são introduzidos em figuras isoladas sob uma forma modernizada, eles distorcem ainda mais o quadro geral e deprimem ainda mais profundamente a realidade social de todo o acontecimento. (LUKÁCS, 2011, p. 234)

Essa visão de história por uma representação é vital para o desenvolvimento artístico literário da segunda metade do século XIX, justamente por “figurá-la como uma mistura de exotismo exterior e modernidade interior” (LUKÁCS, 2011, p. 235). O acontecer histórico também é renovado nessa visão subjetiva, ele é exotizado. É dessa forma que esses autores fogem da realidade burguesa oitocentista — fuga que justifica o interesse histórico do período.

Outro ponto levantado pelo filósofo húngaro é o uso irrestrito da brutalidade como forma de “substituição para a verdadeira grandeza histórica que se perdeu” (LUKÁCS, 2011, p. 237), essa tendência da literatura moderna de explorar energeticamente o desumano acompanha seu momento sócio-histórico, o de consolidação do capitalismo industrial. Pois, nas palavras de Lukács: “A evolução do capitalismo é não apenas um processo de nivelamento e banalização da vida, mas também um processo de brutalização.” (LUKÁCS, 2011, p. 238)

É na era pós-1848 que o romance histórico abarcará uma privatização da história. Romances em que os aspectos figurados representam o moderno, mas evocam uma localização espaço-temporal no passado; não partem dos problemas da vida do povo e optam por uma abordagem psicológica de uma classe, excluindo sua conexão com os acontecimentos sócio-históricos. (LUKÁCS, 2011)

Essa tendência à privatização da história é uma característica geral do período inicial de declínio do grande realismo. Obviamente, ela também aparece no romance com temática contemporânea; mesmo onde grandes acontecimentos históricos determinam diretamente a ação. Pois a alteração de sua conexão cênica com os acontecimentos vitais das personagens principais modifica não apenas sua função na ação propriamente dita, mas também seu modo de manifestação no conjunto do mundo figurado. (LUKÁCS, 2011, p. 246)

Em suma, o romance histórico da segunda metade do século XIX apresenta a “história [...] como um grande e pomposo cenário que serve de moldura para um evento puramente privado, íntimo, subjetivo.” (LUKÁCS, 2011, p. 244) O que retroalimenta uma modernização do enredo, da linguagem e da psicologia das personagens. É a solução para a vazão de um subjetivismo que se adequa melhor numa história passada do que na história do presente, aquele da mediocridade da vida burguesa.

Por fim, o terceiro momento elencado por Lukács na evolução principal do romance histórico é o momento da era imperialista e de combate ao fascismo. Nesse

recorte temporal há a continuidade da dissolução do realismo e o *modus operandi* era, por um lado, entender como impossibilidade a apreensão da realidade social e histórica e, por outro, uma representação histórica episódica, isolada de seu contexto. (LUKÁCS, 2011, p. 307) De um ponto de vista mais estético, esse “culto aos fatos”, ainda que os escritores apresentem um conhecimento histórico mais iluminado e bem-intencionado, continua alheio a vida do povo, se combina com estéticas formalistas produzindo uma suposta arte, de caráter épico, mas, na opinião de Lukács, rasa. (LUKÁCS, 2011, p. 310)

Os autores eleitos por Lukács — ao posto de grandes representantes de um romance histórico humanista, crítico e militante ao período de ascensão — são caracterizados como tendo uma visão histórica mais substancial, de forma que conseguem entender o ápice da barbárie do capitalismo, ao menos, por um viés de busca de uma democratização radical, frente ao que é chamado pelo filósofo húngaro de democracia vulgar, praticada pela social-democracia. (LUKÁCS, 2011) Ao que o grande feito desses autores, no recorte da literatura alemã, dá-se a capacidade de “engendrar suas ideias a partir do contato vivo com os problemas do povo” (LUKÁCS, 2011, p. 326), muito dado a uma postura considerada progressista de ressignificação do projeto iluminista, contanto que não se apreendam os preconceitos da era de decadência burguesa (e de caráter fascista) de que a “massa” é essencialmente irracional.

Para Lukács, este desenvolvimento ideológico na emigração antifascista alemã coloca o romance histórico como central dentro das letras germânicas em uma posição que buscava superar a “incapacidade de estabelecer a conexão entre os problemas atuais do povo do alemão e o curso histórico do seu desenvolvimento” (LUKÁCS, 2011, p. 329). Lukács observa, em contraste com o romance histórico pós-1848, que

o principal defeito do romance histórico parece ter sido superado: a falta de relação do passado histórico com o presente. É claro que aqui o passado também é contrastado com o presente, porém não se trata mais de uma confrontação decorativa entre a poesia pitoresca e a prosa enfadonha. A oposição tem antes um objetivo político e social: a partir do conhecimento das grandes lutas do passado, da familiaridade com as grandes lutas do progresso em épocas passadas, deve-se dar aos homens do presente, que vivem os selvagens horrores da vida fascista, a coragem e o consolo na luta atual e os objetivos e os ideais necessários para a luta que virá, mostrando-lhes o caminho que a humanidade percorreu e deve continuar a percorrer. (LUKÁCS, 2011, p. 331)

Entretanto, é notável indicar que o teórico entende que, mesmo no que ele considera o melhor da produção do período, há uma contaminação de preceitos estéticos de alinhamento burguês:

Esse é o ponto em que os princípios literários da decadência burguesa se introduzem ou continuam a agir até mesmo nas obras de antifascistas significativos. Ressaltamos apenas um ponto que consideramos decisivo: a audácia do talento inventivo, a capacidade de manipular livremente os fatos históricos, as personagens e as situações sem se afastar da verdade histórica e, mais ainda, com a finalidade de acentuar de maneira veemente os traços específicos, as características particulares de uma época histórica. A familiaridade interna com a vida do povo é o pressuposto ontológico de um verdadeiro talento inventivo literário. Na literatura burguesa posterior, como vimos, o alheamento dos escritores em relação ao povo se reflete no fato de que, por um lado, eles permanecem presos aos fatos reais da vida contemporânea (ou histórica) e, por outro, não vislumbram no talento inventivo a forma literária máxima do correto espelhamento da realidade objetiva, mas algo puramente subjetivo, que os desvia arbitrariamente da única verdade do positivo. (LUKÁCS, 2011, p. 333)

Para isto, a visão de história como pré-história do presente precisa estar alinhada com os destinos individuais das personagens que, nesta fase do romance histórico, parecem privilegiar seus heróis como homens de “baixo”.

Essa imediatidade da relação entre as vidas individuais e os acontecimentos históricos é o elemento decisivo, pois o povo vivencia a história de imediato. A história é seu florescimento e seu declínio, a cadeia de suas alegrias e tristezas. Se o autor dos romances históricos consegue criar homens e destinos em que se manifestam imediatamente conteúdos, correntes e problemas sócio-humanos importantes de uma época, então ele pode retratar a história a partir de “baixo”, a partir da vida do povo. (LUKÁCS, 2011, p. 348)

Outro argumento que continua esta reflexão vem dos cuidados com a modernização da história, pois esta

só pode ser evitada se os pensamentos e os sentimentos, as representações e as vivências dos homens ativos do romance histórico são organicamente desenvolvidos, em sua inteira e concreta complexidade, a partir das condições ontológicas concretas da época. Nesse caso, a aproximação da psicologia das personagens com o nosso tempo é limitada ao “anacronismo necessário”. Se, ao contrário, os fundamentos ontológicos são apreendidos de modo abstrato, a vivificação das personagens só pode se efetuar por seu lado psíquico, e com isso ela é necessariamente submetida a uma modernização. Pois falta a função controladora dos fatos concretos do ser, a única que pode mostrar ao escritor que sentimentos e ideias são possíveis em um homem de determinado período, como filho de seu tempo. Acrescenta-se a isso o fato de que as categorias econômicas abstratas são muito apropriadas para apagar as diferenças específicas entre os representantes “da mesma” classe em distintos períodos. (LUKÁCS, 2011, p. 360)

Portanto, é possível concluir, na visão de Lukács

a oposição entre o romance histórico e o romance histórico de tipo clássico é extremamente relativa. A oposição tendencial teve de ser destacada para que não se pensasse que desejamos um despertar formal, uma imitação artística do romance histórico clássico. Isso é impossível. A diferença das perspectivas históricas determina também uma diferença nos princípios artísticos da composição e da caracterização. Quanto mais essas perspectivas e tendências se transformam em realidade e quanto mais a evolução geral do romance pende para a epopeia, maior é essa oposição. (LUKÁCS, 2011, p. 421)

2.2 Henri Lefebvre: acepções marxistas sobre o espaço

Henri Lefebvre foi um filósofo e sociólogo marxista. Em seus escritos, priorizou a discussão sobre o espaço dentro do sistema capitalista. Uma de suas grandes contribuições foi entender que o espaço (social) é uma produção. Essa noção, para o autor, surge a partir das contribuições de Marx e Engels, que postularam, em uma acepção ampla do conceito de produção, que o homem produz tudo o que existe, até mesmo a natureza. Isso, para Lefebvre, se aplica também ao espaço: “o espaço social se produz e se reproduz em conexão com as forças produtivas (e as relações de produção)” (LEFEBVRE, 1991, p. 77)². Nessa lógica, o espaço

não é uma coisa entre as coisas, um produto qualquer entre os produtos; ele engloba as coisas produzidas, ele compreende suas relações em sua coexistência e sua simultaneidade: ordem (relativa) e/ou desordem (relativa). Ele resulta de uma sequência e de um conjunto de operações, e não pode se reduzir a um simples objeto. Todavia, ele não tem nada de uma ficção, de uma irrealidade ou “idealidade” comparável àquela de um signo, de uma representação, de uma idéia, de um sonho. Efeito de ações passadas, ele permite ações, as sugere ou as proíbe. Entre tais ações, umas produzem, outras consomem, ou seja, gozam os frutos da produção. O espaço social implica múltiplos conhecimentos.³ (LEFEBVRE, 1991, p. 73)

² Tradução nossa, a partir do texto em inglês: social space is produced and reproduced in connection with the forces of production (and with the relations of production).

³ Tradução nossa, a partir do texto em inglês: (Social) space is not a thing among other things, nor a product among other products: rather, it subsumes things produced, and encompasses their interrelationships in their coexistence and simultaneity - their (relative) order and/or (relative) disorder. It is the outcome of a sequence and set of operations, and thus cannot be-reduced to the rank of a simple object. At the same time there is nothing imagined, unreal or 'ideal' about it as compared, for example, with science, representations, ideas or dreams. Itself the outcome of past actions, social space is what permits fresh actions to occur, while suggesting others and prohibiting yet others. Among these actions, some serve production, others consumption (i.e. the enjoyment of the fruits of production). Social space implies a great diversity of knowledge.

Ou seja, a teoria da produção de espaço de Lefebvre pensa o espaço a partir da realidade social e nunca a partir de si mesmo. O espaço é sempre produzido, é um produto. Um produto inerente às relações de propriedade e às forças produtivas, aí resiste à sua realidade formal e material. O espaço também é um meio de produção, que não se separa das forças produtivas, da divisão social do trabalho, da natureza e das superestruturas. (LEFEBVRE, 1991, p. 85)

Há de se entender, também, que o espaço é uma forma que “evoca um conteúdo e não se concebe sem um conteúdo; mais precisamente, ela se concebe por abstração, fora de conteúdo definido.”⁴ (LEFEBVRE, 1991, p. 101) O espaço também não é sequer um sujeito, nem um objeto, mas uma realidade social, ou seja, um conjunto de relações e formas.

De acordo com Schmid (2012), a teoria de Lefebvre se baseia na relação entre tempo e espaço, sendo que ambos não são nem conceitos universais ou materiais, que dependem de uma sociedade (conjunto de corpos e práticas sociais e ideológicas específicas e, portanto, são produtos sociais e fundamentalmente históricos, resultado e pré-condição da produção da sociedade. Nas palavras de Lefebvre: “O espaço é a morfologia social; é portanto ao “vivido” isto que é ao organismo vivo sua própria forma, intimamente ligada às funções e estruturas.”⁵(LEFEBVRE, 1991, p. 94)

O espaço coaduna uma relação íntima com a história. A história do espaço é diacrônica, inverte a relação temporal da História. O tempo no espaço não é um corte temporal, é simultâneo.

Sobre e no espaço, há mais que traços incertos deixados pelos acontecimentos; existe a inscrição da sociedade em ato, o resultado e o produto das atividades sociais. Existe mais que uma escrita do tempo. O espaço gerado pelo tempo é sempre atual, sincrônico e dado como um todo; ligações internas, conexões religam seus elementos, elas também produzidas pelo tempo.⁶ (LEFEBVRE, 1991, p. 110)

⁴ Tradução nossa a partir do texto em inglês: has an affinity with logical forms: it calls for a content and cannot be conceived of as having no content; but, thanks to abstraction, it is in fact conceived of, precisely, as independent of any specific content.

⁵ Tradução nossa, a partir do texto em inglês: Space is social morphology: it is to lived experience what form itself is to the living organism, and just as intimately bound up with function and structure.

⁶ Tradução nossa, a partir do texto em inglês: The uncertain traces left by events are not the only marks on (or in) space: society in its actuality also deposits its script, the result and product of social activities. Time has more than one writing-system. The space engendered by time is always actual

A teoria da produção do espaço combina a teoria marxiana e a fenomenologia. Para se analisar um espaço é importante considerar conceitos que formam uma tríplice dialética: afinal, o espaço é vivido, ou seja, experimentado pelo ser humano; percebido, por meio do pensamento e a partir da produção de um conhecimento; e concebido por meio da sensibilidade física de elementos materiais do espaço. (LEFEBVRE, 1991)

Esses conceitos circulam a partir das reflexões linguísticas do filósofo francês — é por meio da linguagem que Lefebvre conceitua a tridimensionalidade da produção do espaço. Primeiro tem-se a prática espacial que, resumidamente, envolve-se com a prática material da atividade e da interação social; depois, a representação do espaço que é a construção imagética que constitui o espaço; por fim, o espaço representativo se daria em uma dimensão significativa de um símbolo material, como, por exemplo, o Estado. O espaço jamais é vazio, ele sempre possui uma significação. (LEFEBVRE, 1991)

2.3. Cyro Martins e o regionalismo dentro do panorama da literatura sul-riograndense na primeira metade do século XX

Grecco (2015, p. 63) afirma que a “literatura gaúcha [...] durante um longo período (do século XIX até metade do século XX), mostrou-se como uma narrativa construída no sentido de firmar a identidade do homem da campanha”, Cyro Martins, em uma conferência proferida em 1944, chamada “Visão crítica do Regionalismo”, afirma algo parecido:

Desde 1874 [...] até há bem pouco tempo, o nosso regionalismo nutriu-se da lenda campeira, decantando a trajetória e os costumes do gaúcho, celebrado como monarca das coxilhas, figura de exceção. (1988a, p. 11)

Estas afirmações assemelham-se ao que se pode dizer da literatura regional, do romance social, nordestino. Nas palavras de Candido, analisando o estado da cultura brasileira a partir dos anos 30:

É o caso do "romance do Nordeste", considerado naquela altura pela média da opinião como o romance por excelência. A sua voga provém em parte do

and synchronic, and it always presents itself as of a piece; its component parts are bound together by internal links and connections themselves produced by time.

fato de radicar na linha da ficção regional (embora não "regionalista", no sentido pitoresco), feita agora com uma liberdade de narração e linguagem antes desconhecida. Mas deriva também do fato de todo o país ter tomado consciência de uma parte vital, o Nordeste, representado na sua realidade viva pela literatura. (CANDIDO, 1984, p. 30)

Candido, no mesmo ensaio, parece atribuir esse valor para a literatura regional gaúcha.

José Clemente Pozenato ([1973] 2009) parece seguir essa lógica de pensamento ao entender que falar de regionalismo pode ser uma tarefa árdua e, preferindo tratar a produção sul-rio-grandense como regionalidade, justamente por que ela é criada ao se vincular ao projeto romântico brasileiro, de Alencar, permitindo a criação mítica do gaúcho.

Se fizermos um levantamento rápido em uma das obras fundamentais dos Estudos Literários brasileiros, a *História Concisa da Literatura Brasileira* (1970⁷), de Alfredo Bosi, a primeira menção a um autor sul-rio-grandense é a de Simões Lopes Neto, dentro de uma subseção sobre regionalismo, bem como Hugo de Carvalho Ramos (BOSI, 2015, p. 225-27). Cronologicamente, há um rápido comentário sobre grupos modernistas em Porto Alegre, cujos autores citados por Bosi são: Augusto Meyer, Pedro Vergara, Vargas Neto e Manuelito de Ornelas, entendidos, pelo crítico, como “um grupo cuja melhor produção resultaria de uma síntese das inovações modernas e do respeito à cultura gaúcha.” (BOSI, 2015, p. 368). Outro escritor gaúcho que ganha um maior número de linhas é Raul Bopp, “cuja rapsódica amazônica, Cobra Norato,” na opinião de Bosi, “é o necessário complemento do Manifesto Antropofágico.” (BOSI, 2015, p. 395). De fato, quem garante mais espaço na obra é Érico Veríssimo, sendo citado repetidamente no quarto capítulo “Tendências contemporâneas”, associado a uma corrente do romance social brasileiro. Sistematizado por Bosi como uma permanência do regionalismo, são citados Darcy Azambuja, Viana Moog e Guilhermino César, e por um romance de intenção participante: Cyro Martins e Ivan Pedro Martins. Luiz Antônio de Assis Brasil também é mencionado por meio de seu romance histórico *Um quarto de légua em quadro* (1976). (BOSI, 2015, p. 456) Por fim, entre as décadas de 1970 e 1990, são citados brevemente Moacyr Scliar, novamente Assis Brasil, Sinval Medina e Tabajara Ruas; e os poetas Mário Quintana e Carlos Nejar.

⁷ Data da publicação original.

Na fortuna crítica produzida sobre a literatura sul-rio-grandense, dentro do Rio Grande do Sul, encontramos, assim como em Bosi, o foco em uma literatura regionalista. Por exemplo, Elizabeth Rizzato Lara (1979), analisa nessa tendência literária a construção e a desconstrução da ideia de um mito gaúcho, de Simões Lopes Neto, passando por Alcides Maya, Darcy Azambuja, chegando à obra de Cyro Martins. Zilá Bernd (1986, p. 143) estuda o regionalismo sul-rio-grandense verificando a partir de Darcy Ribeiro a seguinte dicotomia:

a) um regionalismo que chamaremos de tradicional, essencialmente evocativo de um passado de glória; b) um regionalismo que chamaremos de dissidente que, rompendo com o tradicional, introduz como eixo principal a denúncia social

O mito, como fundador de uma história, é elencado como o fio condutor da construção dessa identidade gaúcha. Desde as aspirações românticas na obra de Simões Lopes Neto, na figuração de Blau Nunes em *Contos gauchescos* (1912), mas também no romance neorrealista do recorte temporal que propomos nesta seção:

De tal forma isso se solidificou, que, mesmo durante a elaboração do romance de trinta no Rio Grande do Sul, de cunho social-reivindicativo, o ponto de partida para as reflexões ideológicas dos textos continuou sendo o gaúcho, ainda que, então, subnomeado gaúcho a pé. Noutras palavras: a figura começou então a incorporar alguns traços identitários diferentes, relativamente ao mito primitivo. (LOPES, 2012, p. 10)

Na seara do regionalismo, um dos autores citados pelas autoras mencionadas por Lara e Bernd é Cyro Martins. O escritor gaúcho tece comentários sobre (talvez) a tendência mais orgânica da produção literária sul-rio-grandense, o regionalismo. Na mesma conferência nominada no início desta subseção, Cyro retoma como pilares desse movimento estético os mesmos autores que Bernd e Lara: Alcides Maya e Simões Lopes Neto.

No que considera “outros regionalismos”, o escritor gaúcho cita nominalmente Darcy Azambuja, J. O. Nogueira Leiria, Vargas Neto, Roque Calage que, em sua arte literária, “requintaram nas exterioridades convencionais, perpetrando falsidades literárias de extrema indigência quanto à pintura da campanha e ao estudo de caracteres” e desviaram, “por sua vez, da reflexão ponderada dos nossos desígnios como povo”, produzindo uma literatura “pasmada e alheada, [que] nem ela

compreende o seu tempo, nem ninguém compreende a ela.” (MARTINS, 1988c, pp. 15-17)

Dessa conferência, o comentário crítico mais relevante, dado ao recorte desta subseção, parece estar na conceituação e diferenciação que Cyro Martins dá aos termos regionalismo e localismo, que parecem poder ser empregados pela revolução estética que cai sobre a literatura nacional como um todo, graças ao Modernismo. O autor entende o regionalismo sul-rio-grandense como uma “literatura de afirmação, assinalando de preferência o lado belo da vida, o heroico e o romanesco. O nosso regionalismo nada pedia, bastava-lhe o facho da tradição, empapado de pitoresco e luzindo façanhas.” (MARTINS, 1988a, pp. 20-21) Por outro lado, em justaposição, encontra-se o localismo, uma literatura “mais prosaica, mais inclinada aos temas do cotidiano e ao estudo das depressões coletivas.” (MARTINS, 1988a, p. 21). Cabe adicionar um comentário comparativo de Cyro Martins:

O localismo será um grau de evolução acima do regionalismo ou será simplesmente outra face do mesmo tema? Acredito que não seja nem uma nem outra. Por mais que isso possa espantar, entendo que localismo e regionalismo se excluem. No plano da criação literária e artística em geral, um não poderá incidir na mesma faixa de trabalho do outro. O regionalismo retrata uma “realidade” eufórica. O localismo, quem sabe até mais pretensioso literariamente, procura construir a sua ficção na base da realidade, sem adjetivos. (MARTINS, 1988c, p. 21)

Nesta mútua exclusão parece ficar claro entender a influência do movimento modernista, ao menos de seu momento, desenvolvido principalmente pelos nordestinos, de retomar o regionalismo com camadas de romance social, jogando inteligentemente o local e o universal. Além da posição de Cyro Martins de que, neste contexto, entre as décadas de 1930 e 1950, o Rio Grande do Sul deixou de produzir literatura regionalista e passou a produzir literatura localista.

Por outro lado, além do romance regional sul-rio-grandense, surge também uma literatura de espaço citadino. Elencamos, aqui, como representante *Os ratos* (1935), de Dyonélio Machado. Um romance que narra a vida de um trabalhador em situação financeira decadente que passa vinte e quatro horas vagando pela cidade para levantar a soma que deve ao leiteiro antes que o fornecimento seja cancelado. Um comentário crítico fundamental é que Naziazeno, o protagonista do romance, viaja pela Porto Alegre dos anos 30, experimentando uma

grande saudade da vida mais calma e das relações mais humanas presentes no campo. Às suas memórias – por vezes amargas –, imiscuem-se nostalgias que já não podemos identificar – assim como ele – se se tratam realmente de memórias ou se são frutos de uma idealização daquele lugar em que ele estaria a salvo, antes mesmo da necessidade de qualquer atitude ou providência. (GONÇALVES, 2011, p. 2666)

Naziazeno é um exemplo do homem forçado a um êxodo urbano, mas é incapaz de se situar, adaptar ao ambiente citadino.

Outra menção de um romance urbano, também escrito por Dyonélio Machado, é *O louco do Cati* (1942). Nesse romance, acompanhamos o Louco em uma viagem pelo país, na qual se misturam, em um estilo fragmentado, suas memórias de infância e as experiências vividas no período do Estado Novo de Vargas, repletas de opressão, perseguição e violência. O que atesta que a literatura sul-rio-grandense não viveu apenas do regional e promoveu e se aproveitou de toda a revolução modernista (e seus desdobramentos) que acontecia no resto do país.

Apresentada uma contribuição crítica de Cyro Martins para o debate da literatura sul-rio-grandense da primeira metade do século XX, cabe apresentar o autor dos romances que são o objeto da análise dessa dissertação nos capítulos seguintes. Cyro Martins nasceu em Quaraí, na campanha gaúcha, em 05 de agosto de 1908 e faleceu em 15 de dezembro de 1995, em Porto Alegre. Em 1928, aos dezenove anos, ingressou na Faculdade de Medicina de Porto Alegre, formando-se em 1934, retornou a Quaraí e atuou como médico nas vilas e bairros da cidade. Nos anos 1950, mudou-se para Buenos Aires, a fim de estudar psicanálise. Em 1957, elegeu-se Presidente da Sociedade de Neurologia, Psiquiatria e Neurocirurgia, iniciando, assim, a sua atividade como docente no Instituto de Psicanálise.⁸ Escreveu uma obra vasta. Publicou, em ficção, 18 obras entre romances, contos e novelas. Entre elas, a obra *Trilogia do Gaúcho a pé*, consistindo de três romances: *Sem rumo* (1937), *Porteira fechada* (1944) e *Estrada nova* (1954). Também ensaios de crítica literária, de psicanálise e de temas sociais.⁹ Desde 1998 é mantido um site institucionalizado do Centro de Estudos de Literatura e Psicanálise Cyro Martins, sobre o autor e sua obra e os temas de literatura e psicanálise.

⁸ Informações coletadas em: <
http://www.celpcyro.org.br/joomla/index.php?option=com_content&view=article&id=809&Itemid=55>.
Acesso em 06 set 2020.

⁹ Informações coletadas em: <
http://www.celpcyro.org.br/joomla/index.php?option=com_content&view=article&Itemid=56&id=261>.
Acesso em 06 set 2020.

A obra de Cyro Martins, aqui recortada como objeto *A Trilogia do Gaúcho a pé*, “reelaborou a imagem do gaúcho: passou então a ser visto como homem a quem a sociedade tem sérias dívidas sociais” (LOPES, 2012, p. 19) e constitui-se em um momento do desenvolvimento da literatura gaúcha no qual “apareceram narrativas examinando a condição do homem particularizado, tomado como despossuído e constrangido pela violência social” (LOPES, 2012, p. 11) e que, em relação ao mito constituído do gaúcho e na corrente estética modernista do romance de 30, “desmistificou a grandeza e tentou simultaneamente desmitificar a figuração anteriormente construída. Procurou destituir a aura de poder com que fora o gaúcho comum coroado em alguns textos.” (LOPES, 2012, pp. 11-12) Entretanto, essa visão pode ser bastante questionada, pois Cyro Martins, ao longo da narrativa da trilogia, parece reforçar tal mito.

3. A primeira metade do século XX: formação do Rio Grande do Sul

O corte temporal na história brasileira chamado de República Velha ou Primeira República foi importante na constituição do Rio Grande do Sul moderno. É entre as décadas de 1890 e 1930 que se cria ou se sedimenta, assim dizendo, muito do que entendemos por genuinamente gaúcho, pois, como atestam Ana Luiza Setti Reckziegel & Gunter Axt:

Nessa época, o Estado deu considerável salto de desenvolvimento econômico; a malha ferroviária expandiu-se; abriu-se a barra do Rio Grande; construiu-se um porto marítimo; o comércio e o sistema financeiro se expandiram-se; a industrialização corporificou-se; a agricultura diversificou-se e o processo de urbanização foi impulsionado, especialmente em Porto Alegre. *Tal efervescência com certeza foi percebida no campo das artes e da cultura*, em menor ou maior grau, dependendo da área, mas foi a política que condensou os grandes debates e, também, embates. (2007, p. 9, grifo nosso)

Logo, neste capítulo se desenhará um panorama histórico do Rio Grande do Sul da primeira metade do século XX, organizando-o em temas pontuais, tais como: os governos Júlio de Castilhos, Borges de Medeiros e Getúlio Vargas, bem como as influências positivistas embebidas nestes governos; a Revolução de 30; o coronelismo; e a agropecuária como pilar econômico do estado.

3.1. Da Revolução Federalista aos governos Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros

Os anos 1880 testemunharam o início de um combate férreo no campo político gaúcho, que perdurou até o fim da República Velha. Nessa década, inicia-se o desmoronamento das estruturas do Império, dadas as transformações socioeconômicas iniciadas no Brasil a partir de 1850, que impediam a manutenção de tal regime. A reverberação dessas transformações pode ser sentida com a intervenção de jovens egressos das faculdades de Direito, dentre eles Júlio de Castilho, de ideal republicano, no estado. Embora de minoria política no momento da Proclamação da República, o partido formado por estes jovens, o Partido Republicano Rio-Grandense (PRR) se torna uma oposição que logo lograria à posição de situação. A situação, por sua vez, residia, no período monárquico, nas

mãos do Partido Liberal, que, em situação de República, se transformaria no Partido Federalista em 1892. (RECKZIEGEL, 2007)

Nos anos iniciais da República, instalou-se um Governo Provisório, no qual funcionou uma forma de coalizão entre essas duas forças. Sua liderança foi dada ao visconde de Pelotas, do Partido Liberal, por convencimento dos líderes republicanos Júlio de Castilhos e Ramiro Barcellos. O PRR, entretanto, conseguiu um acordo, no qual Júlio de Castilhos é nomeado à Secretaria do governo estadual. Com os poderes de Secretário na mão, o PRR inicia uma caça aos liberais no governo, removendo-os de cargos públicos. (RECKZIEGEL, 2007)

Começava assim a grande derrubada dos liberais dos cargos públicos, e a substituição das posições de comando Visconde de Pelotas levaram os secretários de estado a promover uma série de atos administrativos, organizando nova estrutura policial e retirando poderes do presidente provisório do chefe de polícia. (CABEDA et al., 2004, p. 21 apud RECKZIEGEL, 2007, p. 26)

Tal atitude do PRR entra em acordo com a descrição da ideologia do partido feita por Reckziegel:

O PRR que de início adotou praticamente as mesmas coordenadas de seu congênere paulista, o PRP, pouco a pouco começou a diferenciar-se, principalmente em função da radicalização de algumas de suas posições. Através das páginas de *A Federação*, deu-se cobertura aos incidentes que compuseram, a partir de 1883, a chamada “Questão Militar”, num estilo de redação agressivo e questionador do papel submisso reservado ao Exército na política nacional. O republicanismo gaúcho, da mesma forma, diferenciou-se do paulista na medida em que na defesa da abolição da escravatura recusou a cláusula que previa a indenização aos proprietários de escravos. A postura do PRR consolidava-se no sentido de não admitir concessões às mudanças que se alinhavam no horizonte nacional (2007, p. 25)

Complementa-se que o PRR, diferente dos outros partidos federalistas brasileiros, eram formados pelos grupos oligárquicos regionais e, portanto, dirigiam suas ações para as elites, buscando seu apoio nas camadas urbanas e coloniais, já que não contava com o apoio da elite pecuária, historicamente alinhada ao liberalismo. (COSTA, 2006)

Mesmo assim, Castilhos alinou-se ao governo Deodoro da Fonseca, “numa declarada estratégia de efetivar uma aliança entre governo federal para que sustentasse a consolidação do PRR à frente do poder estadual.” (RECKZIEGEL, 2007, p. 26) Esta consolidação veio por meio da eleição indireta de Castilhos pela

nova Constituição proclamada em 14 de julho de 1891, ainda que sua presença nos rumos políticos do estado tenha sido sempre presente de forma indireta (RECKZIEGEL, 2007, p. 26). Reckziegel entende que o estilo autoritário do governo de Castilhos

coincidia um tanto com a forma que Deodoro da Fonseca dirigiu os primeiros anos da recém-instalada república. Apesar de ter nomeado o liberal, visconde de Pelotas para a presidente do estado, Deodoro colocou Castilhos provocou um verdadeiro expurgo dos liberais dos cargos municipais e estaduais. Delegados de Polícia e comandantes de unidade da Guarda Nacional também foram exonerados. Ficava clara a intenção de montar uma eficiente máquina de controle político, para qual os liberais apresentavam o maior enclave. (RECKZIEGEL, 2007, p. 27)

Eventualmente, Castilhos foi deposto por sua identificação com o golpe de Deodoro, levando o estado a ser governado por um triunvirato formado por Assis Brasil, Barros Cassal e Luis Osório até junho de 1892, apelidado de forma pejorativa pelo líder do PRR como *governicho*. (RECKZIEGEL, 2007, p. 27) Nesse contexto, do governicho e da formação do Partido Federalista em fevereiro de 1892,

todos tramavam. Os federalistas teciam estratégias para serem reconhecidas como força política, a fim de disputar o mando no estado, e esforçavam-se para se defender das acusações dos castilhistas para a sistemática perseguição aos federalistas. Os castilhistas, por sua vez, arquitetavam a derrubada do governicho, pretendendo a recondução do PRR ao poder — para o quê tiveram o apoio do presidente Floriano, que se dispôs a transigir para assegurar a estabilidade da república presidencialista. (RECKZIEGEL, p. 28)

A Revolução Federalista, conflito ocorrido entre 1893 e 1895, estava então prestes a explodir. O estopim foi com o golpe, em junho de 1892, que reinstalou Castilhos no governo do Estado.

O golpe de junho havia sido preparado praticamente desde março daquele ano, assegurando a adesão da milícia estadual e a neutralidade da guarnição do Exército Nacional. Por seu turno, o presidente da República quando viu a liderança do *governicho* ser entregue ao visconde de Pelotas (identificando-se com os gasparistas que Floriano devotava acirrado ódio, fosse por desconfiar de seus propósitos restauradores, fosse pela postura parlamentarista do tribuno liberal, o que era mais provável), concordou, ao menos tacitamente, com o plano proposto por Castilhos. (RECKZIEGEL, 2007, p. 31)

Este conflito, no plano ideológico, pode-se ser entendido pelo combate entre o Partido Federalista, que reunia membros do antigo Partido Liberal, comandado por

Gaspar da Silveira Martins, e o Partido Republicano Rio-Grandense — do qual faziam parte os republicanos gaúchos, dirigidos por Júlio de Castilhos, então governador do Rio Grande do Sul.

Os federalistas (também conhecidos como maragatos), por um lado, defendiam o sistema parlamentar de governo e contestavam a Constituição estadual, objetivando uma integração real com a União Federal. Franco (2007, p. 135) sistematiza o programa do Partido Federalista, antes de e durante o conflito, pelas seguintes exigências: a substituição da Constituição de base composta por uma republicana de caráter parlamentar; mandato único de quatro anos para o presidente do estado; para os mandatos da Câmara a duração de quatro anos, com renovação a cada dois anos pela metade do tempo de mandato; eleições parlamentares por distritos eleitorais e com voto incompleto; iniciativa não só da Câmara, mas também do governo, para a apresentação de leis, desde que não seja de competência exclusiva da Câmara; autonomia municipal; nomeação de juízes municipais ou distritais de responsabilidade dos governos municipais e a de juízes de direito pelo governo estadual; e liberdade de imprensa.

Já os castilhistas, por sua vez, influenciados pelo pensamento positivista, eram favoráveis ao presidencialismo e resguardavam a liberdade do presidente do estado de governar, de certo modo, a seu bel-prazer.

A reação de Júlio de Castilhos à oposição foi violenta: perseguições, prisões e assassinatos eram comuns, forçando, assim, a fuga de muitos federalistas para o Uruguai. De fato, no norte do Uruguai é onde se iniciou, em 1893, a invasão de federalistas ao Rio Grande do Sul. O poder de Júlio de Castilhos era tão extenso devido às condições socioeconômicas do estado, que passava por uma grande crise econômica devido ao declínio das exportações. Nesse âmbito, a Campanha, então núcleo do poder político do estado, perde o protagonismo para outras regiões em desenvolvimento, como a Serra e o Litoral¹⁰. (RECKZIEGEL, 2007, pp. 31-33).

A nova configuração de forças possibilitou que o projeto de governo estruturado por Júlio de Castilhos fosse atraente. Seu discurso privilegiava não só o atendimento aos interesses tradicionais, mas também, as aspirações dos novos atores que entravam em cena. (RECKZIEGEL, 2007, p. 32)

¹⁰ Adotamos a formatação de representação das regiões do estado em maiúsculo tal qual faz RECKZIEGEL (2007).

A zona de Campanha, fronteira com o Uruguai, é a região na qual os federalistas acessavam o Rio Grande do Sul. Assim, o combate aos federalistas levou a toda uma reorganização do aparato de segurança estadual: a Guarda Cívica aumentou seu efetivo, abriu-se crédito para despesas com a manutenção da ordem pública, criou-se provisoriamente guardas municipais sob comando do delegado de Polícia local e, dentro dessas resoluções, criou-se a Brigada Militar, frente à extinção da Guarda Cívica. Dentro dessas medidas, também utilizou-se “agentes secretos” para lidar com federalistas no Uruguai, bem como a criação de um crédito especial para “despesas secretas da Polícia”. (RECKZIEGEL, 2007, p. 35)

A Fronteira era guarnecida o melhor possível pelo governo castilhista. Contudo, os recursos estaduais pareciam ser insuficientes. Uma manobra inteligente, já que a predominância da oposição federalista se concentrava na Fronteira, especialmente em Bagé e Santana do Livramento. (FRANCO, 2007, p. 135)

À vista disso, o governo estadual solicitava ajuda federal, argumentando que, pelo caráter fronteiriço, o conflito local constituía-se em um conflito nacional. Os argumentos de Castilhos a Floriano consistiam no pedido de recursos federais para o combate aos federalistas que se baseavam em alarmar o governo federal para a integridade da União, dando a entender que monarquistas, separatistas e o próprio Uruguai teriam interesses no estado. (RECKZIEGEL, 2007, p. 44) Justamente nessas alegações residiam o combate duro de Castilhos aos federalistas, já que o republicano sabia da importância geopolítica e econômica da hegemonia brasileira na região do Prata. (RECKZIEGEL, 2007, p. 50)

O conflito só se encaminhou para um fim em 1894, ano onde Prudente de Moraes ascende à presidência da República. Buscando assegurar a consolidação do regime da jovem República, em junho de 1895, iniciam-se as negociações de um acordo de paz. Os federalistas insistiam na revogação da Constituição de 1891, sem sucesso. Por fim, em 9 de agosto de 1895, o tratado de paz foi assinado. As repercussões de natureza política, socioeconômica e cultural para o estado foram entendidas da seguinte maneira por Ledit de Paula Pereira:

A luta enfraqueceu os federalistas, fortaleceu os republicanos e a centralização do poder. Como saldo a Revolução aproximou o Exército dos castilhistas; desorganizou a pecuária e a agricultura; incentivou o contrabando de produtos e armamentos; a pilhagem, o saque, a violência e a destruição. Além disso, o ódio que era nutrido apenas entre as

facções, estendeu-se a sociedade gaúcha em todo o Rio Grande. (2006, p. 87)

3.2. Os governos Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros: positivismo à *gaúcha* e coronelismo

Com o fim da Revolução Federalista em 1895, o governo do PRR no Rio Grande do Sul se consolidou. Por praticamente a totalidade da República Velha, o estado foi governado por Júlio de Castilhos e por Borges de Medeiros, com uma pequena interrupção entre 1913 e 1918, quando Borges de Medeiros foi impedido de se reeleger e o governador foi Carlos Barbosa Gonçalves.

Ambos os governos, Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros, foram inspirados no positivismo, "uma teoria da organização social que entendeu a humanidade em um processo de desenvolvimento linear, do estado teológico para o científico ou positivo" (PEREIRA, 2006, p. 97). Dela partia a ideia de que a sociedade só poderia ser regenerada por uma completa reforma intelectual da humanidade, que produziria uma reorganização social e conduziria paz à sociedade, e a estabilidade ao regime político seria conquistada pela adoção da sociedade de novas formas de pensar, conforme o estado da ciência em seu tempo e por uma moralização da humanidade. O coletivo sempre estará acima do indivíduo, pois tudo provém, no pensamento positivista, da sociedade. (PEREIRA, 2006, p. 97-100)

O caráter científico do positivismo comtista foi valorizado enquanto o PRR era ainda uma força política minoritária no Estado, "associando-o à rebeldia e à tradição de lutas do povo gaúcho" (PEREIRA, 2006, p. 105). Esse retrato se transforma, principalmente após a morte de Castilhos, quando "às virtudes moralizadoras do comtismo foram associadas às virtudes naturais do gaúcho, agora de respeito à hierarquia e a sua disposição à obediência." (PEREIRA, 2006, p. 105)

Assim, o positivismo comtista não foi aplicado tal qual era pensado por Augusto Comte. Dessa maneira, pode-se dizer que no Rio Grande do Sul houve um positivismo à *gaúcha*, formalmente denominado como castilhismo, após a morte de Júlio de Castilhos:

[...] os princípios básicos do castilhismo, apesar da origem e inspiração ser o positivismo comtiano, em muitos aspectos diferenciava-se deste.

Visava à moralização dos indivíduos, através da tutela do Estado, como elemento fundamental para a organização da sociedade. Este regime moralizador é negador dos interesses materiais e fundados nas virtudes republicanas. O bem público seria uma imposição do governante esclarecido, moralizador e zeloso da educação cívica dos cidadãos, origem de toda a moral social, que fortalecia o Estado em detrimento dos interesses individuais. A ciência social, que teria descoberto o curso da marcha da humanidade em direção à sua positividade, seria a base teórica do governante que exerceria a tutela social moralizadora, através de um Estado autocrático. (PEREIRA, 2006, p. 108)

Por esse ângulo, o governo de Júlio de Castilhos pode ser compreendido pela máxima do governante que conhece a ciência social, que carrega em seu caráter uma pureza de intenções que poderia substituir as leis. Castilhos acreditava numa gestão austera e direcionada para o bem-estar público. Afinal,

[g]overnar era “tarefa para homens superiores” e de firme orientação sociológica. Como presidente do Estado, [Castilhos] promulgou a Lei Eleitoral, instituiu o voto a descoberto em respeito à dignidade do eleitor e à moralidade dos sufrágios; o ensino livre, leigo e gratuito no grau primário; defendeu a liberdade de profissão e condenou os privilégios acadêmicos; promulgou o Código de Organização Judiciária; reorganizou a Justiça Civil; regulamentou o imposto sobre transmissão da propriedade; estendeu as linhas telegráficas às zonas coloniais; melhorou a navegação nos principais rios; incentivou a organização da pequena propriedade; e instalou regime agrário, instituindo a policultura intensiva. Governou de forma inovadora na forma e no conteúdo, obtendo êxito administrativo. (PEREIRA, 2006, p. 118)

Como seguidor do positivismo, advogava pela ordem e progresso e defendia o lema conservar melhorando. Da Constituição de 1891 elucidou-se o pensamento político do presidente do estado: desprezo pelo parlamentarismo, pela democracia representativa e defesa inexorável do presidencialismo e do federalismo, visto que era relegado à Assembleia Legislativa apenas a gestão orçamentária do estado, visto que a administração pública e a legislação ficavam a cargo do Executivo; garantia das liberdades de ensino, de culto, de expressão e de livre exercício profissional; um tom moralizador na política, pois a reeleição de um presidente só se daria pela obtenção de 3/4 dos sufrágios. (PEREIRA, 2006, pp. 118-121)

A perpetuação do pensamento castilhista se dá na figura de Borges de Medeiros. Este foi o escolhido por Júlio de Castilhos como seu sucessor no Estado. O político caçapavano foi o governador que mais tempo ocupou o cargo no Rio Grande do Sul, governando por 25 anos, entre 1898 e 1908, e depois entre 1913 e 1928. A longevidade de seu governo pode ser compreendida como uma

amálgama de lealdade e fidelidade de coronéis ligados ao PRR, o controle da Brigada Militar e o poder emanado da Constituição de 1891.

Borges, assim como seu antecessor, desprezava fortemente a democracia representativa, era autoritário e acreditava em manter um estado de paz por meio do respeito à legalidade e à autoridade constituída. Também valorizava, acima de tudo, o bem público, principalmente no tratamento financeiro dos bens do estado com uma rigidez altíssima. Pregava que o estado deveria tutelar e moralizar a sociedade, isso calcado na figura do líder carismático, aquele "alheio aos interesses materiais, imune ao materialismo reinante, animado por uma ordem espiritual de valores, [que] ilustrado pela ciência social, seria decidido e enérgico na imposição dos ideais sociais." (PEREIRA, 2006, p. 128)

No plano jurídico, além da Constituição de 1891, outros documentos asseguraram o completo aparelhamento do Estado promovido pela ideologia castilhistas, como o Código de Organização Judiciária, o Código de Processo Penal e o editado Código de Processo Civil, em 1908, por Borges de Medeiros, que garantia direta ou indiretamente nomeação de juizes, procuradores, promotores e o chefe do Ministério Público, promoções na carreira para desembargador e controle nos concursos públicos. Nomeações de juizes distritais geralmente serviam para garantir uma troca de favores entre governo estadual e coronéis e políticos locais. Já para cargos em cartórios e notariados serviam para premiar cabos eleitorais do governo e do PRR. (AXT, 2007, p. 94-95)

Contribuíam a esse aparelhamento o poderio militar do Estado, que funcionaria para desestimular insurgências de oposição, de nível federal e até mesmo dos coronéis. Compunham a estrutura policial do Estado: a Brigada Militar (altamente fiel ao governo estadual), as polícias judiciária e administrativa, a Guarda Nacional e a Guarda Civil. Pela Constituição de 1891, a polícia administrativa era custeada pelos municípios e comandada por subintendentes, já a judiciária constituía-se de delegado e subdelegados, subordinados diretamente ao governo estadual, podendo também ser composta de brigadianos, embora sem controle direto sobre o contingente. (AXT, 2007, p. 95)

Gunter Axt observa que, entre os anos 1908 e 1913, Borges de Medeiros, durante o mandato de Carlos Barbosa, lançado como candidato oficial do PRR à presidência do estado para apaziguar lideranças que não o consideravam o sucessor legítimo de Júlio de Castilhos, construiu um projeto de hegemonia por

meio de rede de compromissos e lealdades no interior que o permitiam intervir sistematicamente nos municípios. A partir de 1910, outro passo foi tomado: construir uma política de sintonia com o governo federal, do então presidente Hermes da Fonseca, e adquirir a autonomia da nomeação para diversos cargos federais em solo gaúcho. (AXT, 2007, p. 98)

Entre os anos 1913 e 1920, vale constatar uma política econômica que visava “fortalecer o poder infra-estrutural do estado e a capacidade de controle sobre a sociedade civil, bem como consolidar a hegemonia mercantil pretendida pela fração de comerciantes e financistas urbano-litorâneos” (AXT, 2007, p. 100), as chamadas encampações, realizadas na matriz ferroviária, na barra do Rio Grande e nos canais de navegação interior. Esse intervencionismo, como observado por Axt, não comungava com o positivismo da carta de 1891 e foi justificado por teses nacionalistas, socializantes e desenvolvimentistas que, na prática, pareciam poucos consistentes, visto que o capital financeiro internacional foi muito bem recebido com a instalação de frigoríficos na Fronteira (AXT, 2007, p. 99-100). Ou seja,

[n]a prática, enquanto ao governo do PRR interessava fortalecer os meios de controle sobre a sociedade civil, além de nocautear o poder paralelo de grandes empresas privadas, cujos interesses não coincidiam com os da elite dirigente, aos setores da classe dominante mais próximos do governo - a fração financeiro-mercantil urbano-litorânea - apoiaram as encampações, apesar de seu professado liberalismo, por identificar nelas mais uma oportunidade de aprofundar a hegemonia mercantil da capital sobre o interior do estado, em especial satelitizando a florescente área da colonização ítalo-germânica e golpeando a concorrência estabelecida pelo contrabando da fronteira. (AXT, 2007, p. 101)

Ambos os governos Borges de Medeiros e Júlio de Castilhos constituíram a macro política gaúcha na República Velha, estruturados na política de governadores. Tal governo apoiava o presidente da República que, por sua vez, o apoiava de volta. O governador apoiava o coronel e este também o apoiava, em caráter de submissão total, de volta. O coronel, por sua vez, sustentava-se pela posse da propriedade privada e na pobreza do trabalhador rural. (AXT, 2007, p. 73)

Por toda a República Velha, o coronelismo, que só perderia destaque nas relações políticas gaúchas após a Revolução de 30, foi fator de peso para

entender o Rio Grande do Sul da Primeira República. Desta forma, a fim de conceituação do termo coronelismo, se utilizará a síntese de Gunter Axt::

O “coronelismo é um sistema político nacional, baseado em barganhas entre o governo e os coronéis [...]. Trata-se de uma “rede de compromissos” [...], segundo a qual o governo estadual, fortalecido pelo federalismo fiscal e institucional da República Velha, “garante para baixo o poder do coronel sobre seus dependentes e sus rivais, sobretudo cedendo-lhe o controle dos cargos públicos”. Enquanto “o coronel hipoteca seu apoio ao governo, sobretudo na forma de votos”. No terceiro vértice, “os governadores dão seu apoio ao presidente da República em troca de reconhecimento por parte deste de seu domínio no estado”. O coronel é um mandão local que “em função do controle de algum recurso estratégico, em geral a posse de terra, exerce sobre a população um domínio pessoal e arbitrário, que a impede de ter livre acesso ao mercado e à sociedade política” [...] (2007, p. 89)

A historiografia, até os anos 1980, pareceu entender que o sistema coronelista de poder no Rio Grande do Sul se distanciava da realidade brasileira, tese sustentada pela elite política do Estado ir na contramão do liberalismo oligárquico e adotar uma espécie de positivismo (como já mencionado neste capítulo) no trato administrativo público, "bem como no sentido de intervenção do estado na sociedade, desenvolvendo estratégias de diversificação da economia, da industrialização, da modernização burocrática e da incorporação do proletariado à sociedade (AXT, 2007, p. 90). Essa linha interpretativa também atribuiu ao PRR uma certa

pureza ideológica, de coerência pragmática e de fidelidade partidária, que, combinados, tendiam a promover a renovação dos esquemas mentais e a modernização da estrutura produtiva da sociedade. (AXT, 2007, p. 91)

Além de entender a prática política do partido como uma amálgama de interesses estratégicos entre a burguesia nascente no estado, a classe média e os habitantes da zona de colonização ítalo-germânica, em contraste com as práticas da elite estancieiro-mercantil, de oposição federalista. Contudo, a partir dos anos 80, essa tese vem sendo contestada, principalmente em dois pontos: pode-se entender que a classe dominante gaúcha, principalmente os estancieiros e charqueadores, não era homogênea e seus interesses podiam ser conflituosos e a questão do positivismo ter tido uma apropriação particular no solo gaúcho, levando a ser impertinente a proposição que o castilhismo teve caráter estável e homogêneo

durante todo seu período de aplicação no Rio Grande do Sul (AXT, 2007, p. 89-91).

Gunter Axt, no entanto, entende que o sistema coronelista no Rio Grande do Sul apresentava especificidade em relação ao nacional no que tange a uma guerra de posições, em uma relação ora de cooperação, ora de competição, entre o governo estadual e os poderes locais, na qual os últimos buscavam uma forma de buscar autonomia frente ao governo estadual, enquanto a nível nacional prevalecia uma relação muito menos tensa. (AXT, 2007, p. 96)

Por outro lado, há a tese de que a peculiaridade do sistema coronelista gaúcho estaria na figura do coronel burocrata: "um líder político local posicionado como peça chave na estrutura do PRR, leal e obediente ao chefe político estadual, o presidente do Estado" (PEREIRA, 2006, p. 73) Estaria preso em uma relação de obediência "garantida pela possibilidade da utilização da força pública, dos recursos financeiros e da perda de confiança política do coronel para ou pelo presidente do Estado" (PEREIRA, 2006, p. 73). As principais características desse coronel eram a lealdade e a fidelidade ao PRR e a seu chefe, bem como a capacidade de arregimentar votos pela persuasão, violência ou fraude junto às bases locais, prática constante nos governos Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros e consolidados pelas relações do sistema coronelista. (PEREIRA, 2006, p. 73)

Outra forma de consolidar controle nos municípios era por meio da nomeação de cargos públicos, assim "Borges assegurava um melhor controle sobre parte do funcionalismo policial e jurídico, além de inspetores, fiscais e procuradores fazendários ou da Secretaria das Obras Públicas." (AXT, 2007, p. 107) Os chefes e subchefes de Polícia, bem como os delegados e subdelegados, eram cargos geralmente escolhidos pelo presidente do Estado. Estes cargos particularmente se mostravam importantes pois os chefes de Polícia

coordenava[m] a ordem pública, combatendo o crime, distribuindo a força policial pelo estado, intermediando negociações com os coronéis locais ou de grevistas urbanos com o governo e empresário. (AXT, 2006, p. 107)

Por sua vez, os subchefes funcionavam como um meio para o presidente do Estado estabelecer um controle que, como observa Axt, "baseava-se na

cooperação mais do que na subordinação” (2007, p. 107), ainda assim, com atribuições de agentes políticas do governo estadual somadas às atribuições de funcionário de segurança pública.

As frações de classe dos coronéis também se aproveitavam dessas autoridades públicas de forma a angariar alianças contra outra fração, podendo até, com o apoio de serventuários e magistrados, conseguir implicar perseguição por autoridades públicas, apoio da imprensa, causando prejuízos profissionais à fração de classe inimiga. (AXT, 2007)

O comércio de nomeação de professores era também uma moeda de troca para consolidação do poder estadual, principalmente porque criava uma nova quantidade de eleitores, visto que a alfabetização era requisito para o sufrágio. Além disso, constituía distribuição de renda para correligionários e satisfazia demandas de eleitores. (AXT, 2007, p. 110)

Por fim, outro elemento fortíssimo na dinâmica do poder do borgismo e sua dinâmica com o coronelismo eram as eleições fraudulentas, pois serviam para “medir a influência de uma facção. Mobilizando eleitores, uma facção mostrava seu poder de fogo. As fraudes, a compra de votos, as intimidações e a violência eram também indicativos dessa capacidade de mobilização.” (AXT, 2007, p. 112) Assim, o governo estadual conseguia um equilíbrio entre as frações de classe, mantendo uma chefia unipessoal do estado e, ao mesmo tempo, deixando a possibilidade (nunca concretizada) em aberto de que os coronéis pudessem exercer o mesmo tipo de poder.

A dinâmica de poder do coronelismo foi base do governo Borges de Medeiros. O início da ruína do borgismo como poder político, na visão de Gunter Axt, se dá nas mudanças eleitorais causadas pela Revolução de 1923 (cf. AXT, 2007, pp. 120-121), pois, anteriormente a esse marco, o voto constituía um bem passível de barganha que fortalecia um líder que tivesse dominação de um número significativo de eleitores e uma proteção política na luta entre as facções.

3.3. A constituição econômica do Rio Grande do Sul na República Velha

Pesavento (1980, p. 28-33) estabelece que a economia gaúcha se centralizou na pecuária após a Revolução Farroupilha, vivenciando um apogeu

dado pela taxação do charque platino pelo Tratado de Ponche Verde e pela exploração da mão-de-obra escrava. Entretanto, a partir dos anos 1860, não pode mais competir com essa devido à modernização capitalista da pecuária platina que experimentou

uma série de inovações no sentido da configuração de uma verdadeira empresa capitalista. Os estabelecimentos saladeris, empregando mão-de-obra assalariada, intensificaram a divisão social do trabalho com operários executando tarefas cada vez mais especializadas, sendo recrutados segundo as necessidades da empresa. (PESAVENTO, 1980a, p. 31)

Isso provoca uma nova crise para os pecuaristas gaúchos, que se alastrou até a Primeira Guerra Mundial (1914-1919), pois como Pesavento lê,

os produtos pecuários (charque e couro), apresentavam-se com grande vulto na pauta das exportações. Todavia, ainda neste momento, continuava a criação a se desenvolver em moldes extensivos, onde o aumento da produção só se obtinha pela expansão quantitativa dos fatores terra e gado. O crescimento do rebanho revelava-se diminuto, pois não só a falta de higiene e tecnologia propiciava grandes perdas com a incidência das doenças de gado [...] Havia poucos cuidados com a seleção do gado e limitada importação de reprodutores selecionados. O Rio Grande do Sul produzia um animal de pouco peso e muito chifre, que dava um baixo rendimento quanto ao aproveitamento da carne. (PESAVENTO, 1980a, p. 47-48)

No período de guerra, houve uma euforia para a produção pecuária, pois fornecia alimento para os países beligerantes. Nessa situação, pela exigência de carne barata, pecava-se na qualidade, o que impulsionou a vinda de empresas frigoríficas estrangeiras para o estado.

As boas perspectivas de mercado criadas pela guerra e a entrada dos frigoríficos estrangeiros vieram implicar um impulso ao desenvolvimento da pecuária gaúcha. Da parte dos criadores, a empresa estrangeira veio conferir um maior valor ao gado, impulso ao seu refinamento e aos métodos de criação, e um aproveitamento industrial do rebanho ovino. (PESAVENTO, 1980a, p. 51)

Não obstante, uma nova crise abate a pecuária do Estado no pós-guerra, pois a demanda do mercado externo se finda e a demasiada oferta no mercado interno causa a baixa dos preços.

À crise econômica, acrescentavam-se os efeitos da crise financeira. O momento que se iniciou com a abertura da década de 20 fez o Rio Grande submergir em sérias dificuldades, abalado pela baixa de preço dos seus artigos pecuários pela retração do mercado consumidor, pelo recuo do crédito, pela ineficiência de um sistema de transporte e, fundamentalmente, pela carência de capitais. (PESAVENTO, 1980b, p. 195-196)

Esta situação só se reorganizaria sob o comando do governo Vargas, “que buscou auxiliar a pecuária como um todo” (PESAVENTO, 1980b, p. 289)

caracterizou-se pela preocupação em promover a sindicalização e cooperativismo sob o patrocínio do Estado, estendendo a mão à pecuária gaúcha mesmo que isso representasse um recuo da herança positivista do PRR. (PESAVENTO, 1980b, p. 296)

Os efeitos dessas manobras só seriam vistos após a Revolução de 30.

3.4. A Revolução de 30 e o Estado Novo no Rio Grande

Em outubro de 1930, frente à eleição de Júlio Prestes para a presidência do Brasil, inicia-se um conflito armado encabeçado por Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba, para acabar com o sistema oligárquico do país. Pesavento entende que a

Revolução de Trinta, no Brasil, veio corresponder, por um lado, à falência do modelo agroexportador enquanto forma de acumulação do capital e, por outro, à reação das oligarquias periféricas que, associadas à insatisfação das camadas médias urbanas e ao exército, puseram em xeque a hegemonia do grupo cafeeiro. (PESAVENTO, 1980a, p. 69)

Nos anos 30, seguindo a lógica da historiadora, vê-se o fim da dominação da oligarquia cafeeira, mas nenhuma outra elite agrária poderia surrupiar o poder para si, nem a burguesia industrial se encontrava fortemente estruturada para a tarefa. Deste modo, o Brasil era dirigido por uma espécie de coalizão de frações da burguesia focada em um processo de desenvolvimento do capitalismo em território brasileiro. (PESAVENTO, 1980a, p. 71)

O contexto político deveria permitir o grande florescimento do estado. Contudo, não foi o que aconteceu. Politicamente, a elite agropecuária gaúcha incitou revoltas com o governo central de Vargas, afinal, a base econômica gaúcha no pós-30 continuou a mesma e os problemas continuaram os mesmos. Daí se entende a aliança com São Paulo na Revolução Constitucionalista de 1932. (PESAVENTO, 1980a)

Uma nova cisão entre as elites do estado se instaurou, uma em apoio ao interventor Flores da Cunha e outra a Vargas. Em manobras nos postos militares, Getúlio Vargas consegue minar qualquer insurreição interna gaúcha, até que, em 19 de outubro de 1937, Flores da Cunha fugiu para o Uruguai e, algumas

semanas depois, o presidente Vargas dissolveu o poder legislativo do país e instaurou a ditadura do Estado Novo. (PESAVENTO, 1980a)

O Estado Novo (1937-1945), de forma geral, teve uma política de centralização do poder ao Executivo, negando autonomia às autoridades municipais e estaduais. Seguiu a prática de base positivista do estado como norteador à coesão nacional, realizando o bem comum e continuamente traços antiparlamentaristas, antiliberais e anticomunistas. Isso incluía a submissão das frações de classe da burguesia nacional a uma “paz social”, segurança e progresso econômico, bem como a direção do país por uma elite composta pelo exército e elementos provindos da burguesia e da classe média nacionais. Desta maneira, assegurando o domínio do país pela classe burguesa e assegurando a soberania do capitalismo no Brasil. (PESAVENTO, 1980a)

Economicamente, o país focava em mudar sua planta agroexportadora para uma industrial. Isto, para o Rio Grande do Sul, implicava, por um lado, a manutenção da pecuária de técnica extensiva, mas também seu papel como fornecedor de gêneros alimentícios para o mercado interno, causando, de certo modo, fortalecimento da indústria de vinhos, banhas, frutas e tecidos de lã. (PESAVENTO, 1980a, p. 80-81)

Em especial, às atividades agropecuárias cabe adicionar a reflexão de Pesavento:

No campo, tanto na pecuária como na agricultura, era baixa a remuneração do trabalho. Com a introdução das máquinas agrícolas, o completo cerceamento das propriedades e os baixos salários oportunizaram o êxodo rural que já se processava desde os anos 30. Na fazenda de criação, os trabalhadores rurais não recebiam uma remuneração sistemática. Parte do salário era pago não em moeda mas em direito à moradia e uso da terra para subsistência. Uma vez fora do latifúndio, este trabalhador colocava-se no mercado de trabalho como mão-de-obra sem especialização alguma. Nas cidades onde buscava refúgio, suas habilidades na vida campeira não lhe valiam colocação. Por outro lado, o desenvolvimento industrial do estado não oportunizava a absorção de toda essa mão-de-obra que afluía aos centros urbanos como operários das fábricas. Desta forma, tais camadas marginais iam começar a vegetar, a nível de subemprego, na periferia das cidades. (PESAVENTO, 1980a, p. 82)

O caminho que o Rio Grande tomou pós-queda de Vargas não se diferenciou muito: ampliou-se a decadência da agropecuária, do latifúndio extensivo e o núcleo industrial continuou sendo uma indústria simples de

transformação de produtos agropecuários. A transformação da matriz se deu no despoite da lavoura do arroz e da agricultura mecanizada do trigo.

Quanto à problemática do êxodo rural, os partidos políticos tomavam duas posições: para o PTB (Partido Trabalhista Brasileiro) era necessário incorporar essas massas à indústria, e para o PSD (Partido Social Democrático) impunha um pensamento de conter as massas no campo.

4. O espaço sócio-histórico da Campanha n'A *Trilogia do Gaúcho a pé*

A trilogia do Gaúcho a pé, constituída de *Sem rumo* (1937), *Porteira fechada* (1944) e *Estrada nova* (1954), como Cyro Martins menciona no prefácio a *Sem Rumo*, não nasceu uma trilogia, mas adquiriu essas características ao ponto do próprio *Sem Rumo* nos apresenta a história de Chiru, um menino que vive na Estância do Silêncio e é apadrinhado pelo dono da estância. Ao longo do romance, acompanhamos Chiru trabalhando como peão na Estância, sofrendo violência sistemática do capataz Clarimundo após a morte de seu padrinho, episódio que marca sua fuga da propriedade, passando por todo o tipo de labor para poder sustentar a si, sua esposa Alzira e seu filho pequeno.

O segundo romance, *Porteira Fechada*, conta a história de João Guedes, um gaúcho pobre que vive com a família em uma pequena propriedade rural arrendada. João Guedes, Maria José e seus filhos sobrevivem dos frutos dessa pequena propriedade rural que é vendida e incorporada a um grande latifúndio. Assim, o protagonista e sua família se mudam para a periferia de uma cidade, lugar extremamente pobre e indigno, vivendo em condições sub-humanas de degradação econômica e social. João Guedes, sem emprego e sem alternativa de sobrevivência, entrega-se ao vício do álcool, envolvendo-se no roubo de ovelhas, das quais comercializa os pelegos, para garantir o sustento da família. Pela atividade de contrabando é preso e, quando libertado, encontra a filha frente à morte por tuberculose e acaba se desfazendo das poucas posses a prover para sua família. A situação de degradação moral e econômica se agrava tanto que João Guedes se suicida. Paralelamente à desgraça de João Guedes, o latifúndio e os grandes proprietários rurais prosperam com invernadas abarrotadas de gado.

Estrada Nova é o romance que encerra a trilogia. Nele conhecemos Ricardo, um jovem, filho de um arrendatário, habitante de Porto Alegre, que resolve visitar o pai após o suicídio de Policarpo, um velho gaúcho que experimentou a expulsão do campo. As terras onde vive o pai de Ricardo, Jagunta, pertencem ao coronel Teodoro, que deseja o fim do arrendamento e ordena ao delegado de polícia que expulse Janguta imediatamente. Ricardo, recém-chegado, enfrenta o latifundiário que passa a ver o rapaz como um perigoso comunista. A partir deste desentendimento, já na cidade de Alegrete, forças políticas conservadoras e progressistas se defrontam. O prefeito identifica em Ricardo um lutador da evolução social, mas este, perseguido pelo coronel Teodoro, resolve voltar para a capital, com

a certeza de que um futuro melhor, alicerçado na luta política, já começa a se desenhar no horizonte.

É nessa amálgama que Cyro apresenta “o sujeito sul-rio-grandense inserido em um momento de transição, de incertezas”, “desconstrói a imagem do gaúcho tradicional, que figurava montado em seu cavalo, e apresenta um olhar para aqueles que se encontravam à margem da sociedade da época.” (PIRES, 2011, p. 13) Além disso, para todo esse processo e caminho, o espaço cumpre papel importante: “espaço comanda os corpos; ele prescreve ou proscribe gestos, trajetos e percursos.”¹¹ (LEFEBVRE, 1991, p. 143) Assim, é possível estabelecer a relação entre os três romances.

4.1. *Sem Rumo* e o Rio Grande do Sul entre a Revolução de 23 e o governo Borges de Medeiros

A ambientação dos romances que compõem a *Trilogia do Gaúcho a pé* se passa na zona da Campanha, em sua faceta urbana e rural, cujas mudanças na República Velha merecem comentário e centralizam o destino das personagens de *Sem Rumo*:

A zona de Campanha sofria um processo de descenso, tanto de influência política, quanto de condições econômicas. Paradoxalmente, porém, isso ocorria em pleno processo de modernização da atividade produtiva naquela região, para o qual contribuía novidades como a cerca de arame, as ferrovias e a introdução de novas raças de gado. Simultaneamente a essas inovações, declinava a necessidade de mão-de-obra nas estâncias, o que ocasionava significativo número de desempregados, gaúchos que, sem outra opção, facilmente seriam incorporados às fileiras revolucionárias. (RECKZIEGEL, 2007, p. 32)

Somos introduzidos no romance, em seus primeiros capítulos, a partir de uma diversidade de pontos de vista à vida na Estância do Silêncio, representada quase como um lugar idílico, um protótipo modelo de uma estância gaúcha, onde o estancieiro controla tudo e todos dentro dos seus limites, como um senhor feudal controlaria um pequeno feudo. A estrutura de uma estância muito se assemelha a de um feudo. É neste espaço no qual vive o protagonista Chiru, que está monitorando o trabalho em um moinho, do qual se esfarelava milho.

¹¹ Tradução nossa, a partir do texto em inglês: Space commands bodies, prescribing or proscribing gestures, routes and distances to be covered

Os primeiros capítulos apresentam outros trabalhadores da estância. A configuração dessa escolha, nos faz lembrar dos comentários de Lukács (2011, p. 49) sobre a escolha do herói scottiano do romance histórico. Esse conjunto de personagens, principalmente Chiru a quem acompanhamos a jornada e notamos uma certa mediocridade, uma certa firmeza moral e empatia com si e seus pares, mas não vemos uma paixão desenfreada por um ideal. Mesmo quando isso fica mais à mostra, como no episódio do comício do Dr. Ricardo, vemos que a coerção do peso histórico do domínio borgiano age na personagem. Como, por exemplo, em uma manifestação dos apoiadores de Assis Brasil, Chiru escapa de um velório e se vê no meio da multidão. Nessa manifestação particular, assistimos Chiru exprimir que “[g]ostava tanto de ouvir discursos contra o governo!” (MARTINS, 1988c, p. 110), admirava os discursos e sua coragem de enfrentar os “graúdos” e, mesmo apavorado por ter sido visto por um dos companheiros de Lopes, Chiru continua na manifestação e, ao ver a figura de Dr. Rogério, suas “artérias das fontes lateja[ra]m” (MARTINS, 1988c, p. 112) e experimenta uma espécie de epifania:

Quando se viu, assim, vanguardeando a manifestação, com o candidato do povo nos ombros, Chiru sentiu acordar, dentro de si, uma força jamais experimentada por ele, profunda e selvagem, que rasgou todas as resistências interiores e aflorou num desabafo de entusiasmo e cólera. (MARTINS, 1988c, p. 113)

Lukács trata da questão do personagem em uma abordagem que permite entender a trajetória de Chiru a este ponto e também ao episódio da eleição argumentando que

o caráter típico de uma personagem do romance é, com muito frequência, apenas uma tendência que se afirma pouco a pouco, chegando à superfície apenas de modo gradual e partindo do todo, da complexa interação dos homens, das relações humanas, das instituições, das coisas etc. (LUKÁCS, 2011, p. 174)

O processo ao qual Chiru é submetido desde sua saída da Estância até as eleições, na qual não sabe em quem vota, surge dessa relação complexa entre homens, os outros empregados da estância, o dr. Ricardo, Lopes, sua relação com a família, com o desamparo estatal, etc. São essas pessoas, peões, operários, camponeses, médicos, pessoas que não têm seus nomes bordados nos documentos da história oficial, mas que operam dentro do processo da micro-história, que se aglutinam em Chiru como um elemento material representativo do destino dos gaúchos no recorte histórico no qual *Sem rumo* se desenvolve. A micro-

história desses elementos faz girar a roda da macro-história gaúcha dentro do borgismo.

Um comentário inicial à questão espacial da Estância é sua constituição quase feudal. Há uma casa onde vive o estancieiro, como um senhor feudal, diversos empregados, simbolizando os servos, nesse pedaço de terra e os diversos prédios da “lida” campeira. A casa, segundo Lefebvre, “transporta a impressão de um espaço privilegiado, ainda consagrado, quase religioso, próximo do absoluto”¹² (LEFEBVRE, 1991, p. 121), é uma realidade “histórico-poética”, um espaço de representação. Um espaço nunca é vazio de significado. Esse, em particular a Estância do Silêncio, é o último símbolo do que está para morrer a partir da nova configuração da economia agropecuária do Rio Grande do Sul, de corte moderno, afiliado ao novo capitalismo financeiro e apoiada na doutrina positivista do PRR. E nessa perturbação é perceptível como o fio da história, como pré-condição do presente, começa a se apresentar na vida desses gaúchos prestes a se tornarem andarilhos.

Há de agregar um comentário para o nome da estância. É curioso que este espaço idílico, semelhante a um feudo, seja batizada de Estância do Silêncio. Primeiramente por retomar esta ideia idílica, de um produto de fantasia, que se exclui das reverberações de uma revolução que é vindoura — onde a harmonia e a paz ficcional deste espaço gaúcho só existem por uma visão mítica. Ser qualificada como silenciosa parece conversar com o que aconteceria com este espaço frente à Revolução de 1923, que a deixaria barulhenta com os motores da história.

Esse ambiente pacífico é destruído por dois eventos, da própria trama e da história, o adoecimento do estancieiro padrinho de Chiru e a chegada da Revolução de 23, que causa a saída do estancieiro da estância. O que sabemos, primeiramente, quando a neta de Nicanor Ayres se dirige a ele: “— Vovô, vovô, olha a minha fita de seda encarnada, vovô. A mamãe disse, vovô, que nós vamo se embora por causa da rebulação.” (MARTINS, 1988c, p. 64) Além disso, o narrador oferece o seguinte comentário após a partida de Nicanor, um prelúdio para a chegada das tropas federalistas e para o início do caminho sem rumo de Chiru: “Uma borboleta traçou um risco sombrio no ar, sentou delicada, no malvão solito, resto de jardim, e desabrochou sobre a vida das pétalas vermelhas, a flor bruxa das

¹² Tradução nossa, a partir do texto em inglês: The dwelling passes everywhere for a special, still sacred, quasi-religious and in fact almost absolute space.

suas asas negras.” (MARTINS, 1988c, p. 64) O adoecimento de Nicanor Ayres e sua ida da Estância prenunciam o fim desse ambiente feudal localmente e em nível estadual.

Do ponto de vista do protagonista, essa paisagem calma é perturbada por um sentimento de revolta adormecida de Chiru, ao se associar com a submissão do cavalo.

O xergão, a carona, o lombilho, a cincha, e num upa teve encilhado o pingo. Chiru puxou o barulho direito ao cabeçalho, que ambos conheciam demais e aborreciam com a mesma submissão. (MARTINS, 1988c, p. 29)

Também esse sentimento se dá em uma forma de violência frente a um pica-pau que Chiru vê em um cinamomo e se vê em um desejo de matá-lo, mesmo se arrependendo depois. Esse espírito de revolta permeia Chiru ao longo da narrativa.

Deste modo, a figura do pica-pau vermelho traz um efeito místico de identificação com Chiru, que sente a vontade de assassiná-lo, mas se culpa por tê-lo feito. A morte desse animal pelas mãos do protagonista acaba funcionando como um presságio do fim do romance, resultando no desastre do episódio das eleições, discutido mais à frente neste capítulo. Ressalto a passagem em discurso indireto livre da morte do pica-pau: “O desastre acontecera. De consequências incomensuráveis para a vidinha dele, Chiru, tão miúda, tão sem significar nada para ninguém!” (MARTINS, 1988c, p. 32) Entretanto, a utilização simbólica de um pica-pau relaciona-se com a história sul-rio-grandense, afinal, é o momento de revolução das tropas maragatas, com seus lenços vermelhos. Matar o pica-pau seria, por consequência, matar a possibilidade de um futuro melhor, caso a oposição saísse vencedora do conflito.

É pela aproximação de tropas revolucionárias, reconhecidas com o lenço vermelho, e que causam fascinação em Chiru, que ele é açoitado pelo capataz Clarimundo e foge da estância. O açoite acontece possivelmente por Clarimundo entender que Chiru poderia se juntar às forças revolucionárias:

Do fio da cumeeira, Chiru via muito mais longe. Ao constatar o rasgão súbito, experimentou um incontido impulso de alegria. Agora, sim, via bem. Aquilo era mesmo! Divulgou com nitidez a cavahada, os pelotões, o rebrilhar das pontas de lança furando o ar limpo. [...] Chiru sentiu um ímpeto violento de correr ao potreiro, enfrentar o petiço e ir ver de perto aquela coisa que parecia ser de verdade. E, quem sabe?, talvez os acompanhasse... (MARTINS, 1988c, p. 67-68)

O trecho que segue essa citação retrata mais o quanto Chiru consegue se figurar como um dos revolucionários, mesmo que em um ímpeto juvenil:

Figurava-se lá, homem entre os homens, capanga de confiança de um chefe afamado, armado também, para o que desse e viesse nas coxilhas. E iria ver se nos entreveros era assim como contavam no galpão. [...] Ele pode ver melhor agora os estandartes vermelhos, as divisas coloradas nos chapéus, os lenços atados nas pontas, as armas. Pela cor das divisas, compreendeu que se tratava das colunas revolucionárias. (MARTINS, 1988c, p. 68)

Se Clarimundo pensava em afastar Chiru do ímpeto revolucionário ao açoitá-lo, obteve o efeito contrário, fazendo com que o jovem gaúcho saísse em direção ao acampamento maragato. Sua indecisão em seguir mais cedo fez com que o perdesse, encontrando no campo “apenas restos de fogão, pedaços de assado, cápsulas de bala, o capim amassado assinalando o pouso dos guerreiros nos arreios estendidos, e o campo, ao redor, pisoteado pela cavahada.” (MARTINS, 1988c, p. 71)

Sem poder acompanhar os maragatos e se recusando a voltar à estância, a caminhada sem rumo de Chiru, esse gaúcho a pé, inicia-se: passa um tempo se escondendo nas terras de Tomás Barbosa (MARTINS, 1988c, p. 72-74) e para subsistência, a partir daí, passa a trabalhar como carretador (MARTINS, 1988c, p. 75), mas é despedido. O gaúcho, sabendo que não poderia arrumar emprego no campo, parte para a cidade e reflete sobre o fenômeno de despovoamento da Campanha e as péssimas condições oferecidas aos peões, agora, já escassos na zona rural:

Do topo da coxilha, divisava bem a cidade. Arvoredos. Poucas casas aparecendo. Voltaria? E se fosse campear serviço nas estâncias? Havia tanto mensal se oferecendo... Todos os dias sesteavam ou pousavam no acampamento dos carreteiros dois ou três que andavam à cata de arrumação. Depois, trabalhar de sol a sol pra ganhar quarenta ou cinquenta mil réis por mês? Pra que ia dar isso? Ora bolas, pra nada! (MARTINS, 1988c, p. 81)

A cidade, espaço que parecia a salvação para quem participava do êxodo rural, mostrava-se tão hostil quanto o campo. Chiru, ao chegar maltrapilho, é lido como bandido e é preso pela polícia (MARTINS, 1988c, p. 82). Porém, em um espaço de três ou quatro anos, consegue se estabelecer minimamente, exercendo algumas profissões citadinas: “[c]arroceiro de venda, changador, pipeiro e

mascate...” (MARTINS, 1988c, p. 85). Porém, a memória de um gaúcho idealizado, rei dos pampas, nunca lhe escapou e retorna de tempos em tempos, em momentos que se sentia mais oprimido pela realidade:

E o que seria, se vivesse naquele outro tempo, no tempo das adagas grandes, das pilchas prateadas, das onças somantes, dos pingaços de lei, das distâncias sem fim? Seria um campeiro guapo, um andarengo, um valente! E não haveria de ser qualquer milico que o repontaria como cousa à-toa, assim como daquela feita... (MARTINS, 1988c, p. 90)

A revolta incipiente frente a essa condição de estar na cidade também aparece: “Não nascera para viver arrodado o povo. Carregava no sangue um perpétuo apelo à vida que mal esboçara na campanha, ainda guri.” (MARTINS, 1988c, p. 94)

Alguns anos adiante, já casado com Alzira e esperando um filho, Chiru se considera “dando bem na profissão” (MARTINS, 1988c, p. 93) de boteiro, o que causa inveja aos seus vizinhos: “Agora, os seus vizinhos, que viviam (viviam?) amontoados na imundície daquelas bibocas, achavam que ele estava bem de vida. A profissão de boteiro era das melhorzinhas de por ali...” (MARTINS, 1988c, p. 94). Entretanto, para Chiru, essa pequena prosperidade era fortuita:

Mas, claro, era peão. [...] Foi por intermédio do seu Aparício que conseguiu crédito no comércio local para mascatear. Mas em seguida concluíram que o ofício de boteiro seria mais rendoso. E assim ia, pelegueando a sorte, como sempre, sem rumo certo. Por enquanto não sofria maiores faltas, embora não fosse isso que ele queria. Presentia que nesta, como noutras empreitadas assumidas no grito e por necessidade, daria com os burros nágua, mais dia, menos dia. Nenhuma das tentativas de trabalho empreendidas até ao momento e nem seguramente as outras que haveriam de vir mais adiante, nada daquilo, nenhum daqueles empreguinhos sotretas do povo iria decidir sua vida. (MARTINS, 1988c, p. 94)

Como complemento a essa reflexão, o desejo de voltar a viver no campo, como um “gaúcho de antigamente” continua vivo no espírito de Chiru, embora ele admita que essa entidade já não existia mais e se recusa a viver como os peões de agora:

passando de estabelecimento por estabelecimento, sem nunca se firmarem em nenhum, salvo um que outro caso. [...] A ser gaúcho assim, sem ser gaúcho, sem aperos de dar inveja e sem pingo de estouro, preferia a vidinha de changueiro, boteco e canha da beira do povo (MARTINS, 1988c, p. 95)

Essa postura nostálgica, sensível, produzida pelo corpo humano, não se exclui do espaço. Esse lugar, entretanto, nunca existiu além de ficção, do sonho, mas é um espaço simbólico que parece obedecer à ideia de Lefebvre (1991) que nenhum espaço desaparece completamente, nem é abolido sem traços. O Rio Grande do Sul parece nunca ter deixado esse espaço morrer ao longo de sua história moderna. Elize Hugel Pires (2011), em sua leitura do romance *Sem Rumo*, entende que essa postura gaúcha se entremeia pela constituição da identidade do gaúcho como um imaginário local, fictício, um discurso visto como ferramenta de controle deste povo pelas classes dominantes.

Verificando os fatos históricos ocorrido durante os séculos XIX e XX no Rio Grande do Sul, percebe-se que tais períodos foram marcados por guerras e revoluções que reforçavam o discurso da classe dominante em prol da manutenção dessa identidade construída a partir de um discurso baseado no imaginário local. A introjeção de tal discurso como uma verdade facilita a fixação dos indivíduos nas frentes de batalha, o que nunca lhes trará qualquer benefício. (PIRES, 2011, p.42)

Cabe adicionar aos primeiros anos de Chiru na cidade uma observação sobre o espaço citadino. Henri Lefebvre (1991) entende que a organização da cidade é uma produção do espaço social pelo poder político: uma violência com objetivo econômico. A miséria das cidades é um produto da nova configuração espacial que assalta a Campanha. Com a destruição do campo como lugar possível para o campesinato, as cidades se tornam o último refúgio para a sobrevivência. Como é possível ver, aos olhos de Rogério, médico da cidade, que cuidava da população carente:

O pensamento de Rogério, num eco íntimo, profundo, amargo, voltou da figurinha magricela saltitante à sua frente e dos olhares desalentados das mulheres e da solidão do índio bêbado, recambiando pra trás, indo pairar, em vôo de espreita, sobre o bolicho do Lopes e os jogadores de tava. Lá estavam os gaúchos, batendo em retirada, esfumando-se no ocaso do seu ciclo heróico, marcado pelo cavalo e a distância. Vencidos pela concorrência dos mais fortes, deixaram um rastro legendário... É verdade que alguns sobrenadaram à submersão quase total. Ele, filho de um pequeno criador, foi mandado cedo para os estudos, na capital, como tantos outros filhos de estancieiros. Alguns por simples faceirice dos pais; por uma visão justam outros, como no seu caso. (MARTINS, 1988c, p. 102)

Além disso, o espaço é “simultaneamente produto do modo de produção capitalista e instrumento econômico-político da burguesia”¹³ (LEFEBVRE, 1991, p.129). É nesta condição que os processos eleitoreiros do coronelismo afetam ainda mais a vida de Chiru. O estado ainda se encontrava dividido em chimangos e maragatos. Essa é uma tônica importante do romance e aparece antes mesmo da fuga de Chiru da estância.

Em uma conversa entre o Coronel Dutra, de lenço branco, alinhado ao governo, e Manuel Garcia, na qual o chimango oferece ao gaúcho a posição de professor, o coronel dá como justificativa a nomeação de Manuel “pelo acertado da escolha, prestigia nessas redondezas o chefe do Partido Republicano e a pessoa do sr. Intendente Municipal” (MARTINS, 1988c, p. 56-57). Além disso, sendo ano de eleição, os coronéis, como sempre, buscavam conseguir votos para justificar o novo mandato de Borges de Medeiros. A presença do líder, no romance, aparece sempre por meio do Partido, dos coronéis e membros do mesmo, repetindo a visão construída de Borges de Medeiros como “impoluto [...] e chefe incontestável do Partido Republicano Rio-Grandense.” (MARTINS, 1988c, p. 57)

Episódios como os citados anteriormente que valorizam a trama de Cyro Martins como uma que reconhece o processo histórico como agente direto na vida dessas pessoas, alinhando-se aos comentários do romance clássico de Lukács (2011). Diferentemente do estudo historiográfico, os conflitos desse Rio Grande do Sul se desenvolvem frente a personagens como Chiru, os grandes nomes, enquanto arquitetam os destinos no plano macro, que desaparecem na narrativa.

O desenvolvimento e a aplicação das escolhas das classes dominantes se concretizam no micro, nas vidas desses gaúchos desterrados, de Chirus, de coronéis e figuras que agem como peões em um jogo de xadrez, no qual as peças importantes se escondem. De natureza igual, garante-se o agenciamento de se retratar no romance a evidência das existências das personagens e dos dilemas que decorrem das grandes movimentações da história. Vejamos mais trechos do romance nos quais vemos a história se manifestar, não seus nomes canônicos.

Já na República Nova e em uma nova legislatura eleitoral, o procedimento continuou intacto, e Chiru é arrastado para ser votante para o governo. Essa prática de *lobby* visava manter privilégios de alguns nomes locais ligados ao partido, bem

¹³ Tradução nossa, a partir do texto em inglês: at once a product of the capitalist mode of production and an economic-political instrument of the bourgeoisie.

como dos próprios recursos do partido, no caso o PRR. Como exemplificado nessa fala de Lopes para Chiru:

— Não faço. Vou provar já-já como não faço mal. Favor por favor, o também o governo me faz. Essa gente não me cobra direitos do bolicho, me deixa bancar qualquer jogo, à vontade. Com a condição, é justo, de dar cinquenta por cento de coima pra caixa do partido. Mas, você compreende, é um dever da minha parte, pois me franqueiam tantas vantagens... Escute, homem, você indo com o governo, está arrumado pra o resto da vida. Se amanhã ou depois quiser botar uma bodega qualquer, bancar um joguinho, contrabandear, ninguém vai lhe falar em direitos nem em nenhuma outra amolação. E indo contra, está encagalhado. (MARTINS, 1988c, p. 97)

O processo eleitoral, que aparenta a normalidade democrática no Estado, é violado por uma espécie de voto de cabresto. O alvo recai nos mais pobres das cidades, afinal, Lopes não busca captar apenas Chiru, mas por intermédio do protagonista, seus companheiros boteiros. Mesmo quando Chiru argumenta que nem alfabetizados seus companheiros são, Lopes responde:

—Ora, rapaz, não te impressiona com isso, Na República Nova essas cousas importantes, que garantem um governo não mudaram. No frigidar dos ovos, tudo continua o mesmo. Tu não vês? Os chefes são os mesmos. (MARTINS, 1988c, p. 99)

Ainda no episódio do comício, Chiru, ao assistir os discursos, descobre a informação de que o voto é secreto. Esse mesmo se pergunta o porquê de a oposição bradar a informação e a situação não comentava sobre. Lembra, inclusive, Lopes afirmando que se o governo quisesse, descobriria. (MARTINS, 1988c, p. 114) Chiru conclui que isso são manobras dos graúdos e, displicentemente, se contenta em ver “em que dariam as modas políticas.” (MARTINS, 1988c, p. 114).

Aqui, vemos o peso da noção de Lukács de pré-história se apresentando na história do romance. Chiru, mesmo inspirada pelos discursos da oposição, e se inflando de entusiasmo, não parece dar crédito à mudança que poderia vir das eleições, provavelmente por viver um espaço sociopolítico de nenhuma mudança do poder estadual, que mesmo enfrentando revoluções se manteve sólido por décadas.

O espaço produzido no Rio Grande do Sul, seja por uma mitologia, ou pela estrutura estatal, baseou-se historicamente na violência. O governo Borges de Medeiros permitia o uso desta para fins políticos. Chiru, que é flagrado no comício,

percebe seu ganha-pão, o bote, desaparecido na manhã seguinte e seu principal suspeito seria Lopes e o partido, que deveriam ter ouvido de Afonso que atendeu ao comício.

Não andou longe, entretanto, e tudo se esclareceu pra ele, num relâmpago: o vulto de Afonso atrás dele! Era essa a chave de tudo. O vulto d praça escondendo-se trás das árvores e, depois, na rua, agachando-se entre os capins. O seu arrebatamento na manifestação. O negro levando o prato quentinho para o Lopes. E a cara deste, raspada e gorda, rindo para o negro e dizendo: “Vamo arrumá este diabo. Também já tomei providências pra outros, que tive notícias... Olha, vai lá no passo, ele tem um bote amarrado no salso de cima... O mais tu sabe...” (MARTINS, 1988c, pp. 116-117)

A violência se completa, mas ultrapassa as eleições. Afinal, no dia da votação, em última tentativa, é novamente cooptado por Lopes a votar no governo. Sua performance ao ir votar é de uma ansiedade e nervosismo ímpares. Confundi chapa e título, não conseguia achar seu título. A assinatura para forjar seu título feita de modo grosseiro e talvez mais importante, deixando a chapa cair sobre o chão, “como se lhe queimasse” e, ainda, “pisou em cima do papel” (MARTINS, 1988c, p. 124). Sentimento e ação que inconscientemente diziam a Chiru que não deveria votar com o governo. Esta sensação parece se aumentar no momento que Chiru entra na cabine:

Em cima da mesa, os dois montinhos de chapas. Um bem parelinho, como o colocaram. Ali não andara mão de gente. O outro, remexido, esparramado, quase cobrindo a mesinha. O que estava direitinho era o das chapas do dr. Severo, o outro, o das do dr. Rogério. Já sei, entendeu Chiru, é que os do governo trazem a chapa no bolso, como eu, e os outros não, agarram a sua aqui mesmo. Mas, e agora? Estariam mesmo espiando pelas frestas? “O voto é absolutamente secreto!” Seria? Agradava-lhe de alma o dr. Rogério... E depois, o que fez por ele! Se tivesse que pelear por alguém seria pelo dr. Rogério. Levou a mão. Parou. Não. Iam descobrir na certa. Já lhe vinham feito aquela trastada do bote... Recuou da mesa para espiar por uma frestinha. Ninguém. Encorajou-se. Agarrou a chapa da oposição. O coração batia acelerado. “O que é o que o governo não descobre?” A ideia galopeava, assustadora: sem bote, sem recurso, sem nada, com mulher, um filho de colo e outro já em caminho! E mais a perseguição em riba. Total, que diabo! Por que carregara o doutor Rogério nos ombros? Não era homem? Iria ser toda a vida um borra-botas?” (MARTINS, 1988c, p. 125-126)

O peso da violência vivida e a possível retaliação que cairia no protagonista e em sua família se digladiam com o ímpeto de revolta ao votar na oposição. Essa reflexão é interrompida pela força estatal, na forma do fiscal que o manda apurar.

Nessa abrupta interrupção: “Levou um choque. Meteu no envelope a primeira chapa que os dedos alcançaram. Como agarrara duas cédulas em vez de uma, no apuro, botou a de sobra no bolso.” (MARTINS, 1988a, p. 126) Sua confusão e o voto na oposição decorrente são, então, descobertos por Lopes. Essa descoberta influencia a violência final da trama. Sem os recursos para sobreviver, Chiru deixa a cidade e vai viver em outro lugar. Quando tenta arrumar emprego como operário na construção de uma ferrovia, o protagonista é dispensado com a justificativa de que o chefe do empreendimento havia sido informado pelos habitantes da cidade que Chiru não votou no candidato governista e isto o caracterizava como elemento perigoso. (MARTINS, 1988c, p. 129)

O romance termina com Chiru vendo Clarimundo, o antigo capataz da estância, também trabalhando na obra. O homem que causou a entrada de Chiru em uma vida de infortúnios, em uma violência inicial, encara o mesmo destino inexorável da história que Chiru, ambos sofrendo da mesma violência que deixava o gaúcho a pé em todo o estado. À vista disso, de acordo com Pesavento, uma das características do trabalho de Cyro Martins é desconstruir a ideia do monarca das coxilhas, cultuada desde o Partenon Literário:

O estereótipo deste padrão identitário de referência se consolida com a figura arquetípica regional, este gaúcho super-homem, “monarca das coxilhas”, “centauro dos pampas”. A esta visão grandiosa, atemporal, glamourizada, e de ampla aceitação, contrapõe-se um outro gaúcho, em correspondência com um outro Rio Grande, e que é dado a ver pela obra de Cyro; sem cavalo nem terra, desfaz-se a identidade do centauro e do monarca. Ao Rio Grande das glórias e das batalhas e ao gaúcho vencedor dos castelhanos, sentinela da fronteira, ergue-se - ou melhor curva-se... - outro, o andarilho do “corredor”, o proletário do campo, expulso do latifúndio, em humilhante caminhada a pé que o leva até a cidade, onde um destino ingrato o espera. Trabalhador não especializado, lhe resta a pobreza na periferia urbana, o aviltamento, a degradação.¹⁴

Essa definição acompanha os personagens da Trilogia do Gaúcho a Pé. Por exemplo, Chiru, diversas vezes ao longo do romance, encontra-se na identificação com esse *centauro dos pampas*:

Era fazendeiro do tipo antigo, o Chiru. Antigo, não por birra, mas porque lhe agrava o à-toa dos campos sem divisa e porque não aceitava as modernices dos banhos carrapaticidas no gado que só serviam mesmo pra

¹⁴ PESAVENTO, Sandra Jatahy. **A representação ficcional do Rio Grande do Sul na obra de Cyro Martins**. Disponível em: <<http://www.celpcyro.org.br>>. Acesso em: 19 de março de 2021.

quebrar os animais naqueles encurralamentos a toque de caixa. (MARTINS, 1988c, p. 41)

Assim, a figura do gaúcho se entende como em uma incerteza de identidade, os heróis do romance se esforçam para manter viva uma

construção cultural que idealizava o gaúcho como um sujeito guerreiro, que vivia em harmonia com o campo, com fartura e sem problemas sociais num tempo definido como *antigamente*. No entanto, o que Chiru e outros gaúchos vivenciam não se enquadra nesse ideal, revelando um quadro de miséria e falta de perspectivas futuras. (PIRES, 2011, p. 48)

Se esse quadro de miséria e falta de perspectivas futuras já se encontra razoavelmente estabelecido na Campanha gaúcha no conto de Chiru, encontramos-lo plena e organicamente desenvolvido na história de João Guedes, protagonista de *Porteira Fechada*, na qual o vemos agravar violentamente a vida dos excomungados do campo.

4.2. *Porteira Fechada*: o desenvolvimento pleno da miséria do gaúcho a pé

Historicamente, *Porteira Fechada* desenvolve-se no final da década de 1930 em um contínuo do processo de modernização positivista do estado do Rio Grande do Sul, pelo qual expulsou o campesinato de suas pequenas propriedades rurais e cerceia suas possibilidades materiais de futuro em direção à cidade.

Cyro Martins organiza seus protagonistas como os gaúchos a pés, que perderam sua relação material com a terra por desígnios da movimentação devastadora da matriz econômica gaúcha.

Essas personagens podem ser lidas como os heróis que Lukács debate em seu *Romance histórico*, eles se tornam tipos histórico-sociais (LUKÁCS, 2011, p. 51), que se integram à sua época, materializando a essência de tal período, retratando as forças sociais em disputa (LUKÁCS, 2011, p. 53). Os heróis considerados modelos por Lukács surgirão sempre de uma crise histórica. Esta é caracterizada, basicamente, pelo comentário de Rangel et al: havia

três níveis de desenvolvimento do capitalismo [...] estavam sobrepostos naquele espaço histórico-social: um mundo rural e antigo, das charqueadas, que se encontrava defasado em nível tecnológico e cuja produção não se coadunava com o processo modernizador; as estâncias, que eram as grandes propriedades, também com estruturas arcaicas e, por último, os

frigoríficos que contrastavam naquele mundo por suas técnicas modernas e lucrativas, que desencadeavam uma competição desigual entre as duas primeiras dimensões apresentadas. Porém, em um aspecto vital, todas essas estruturas se assemelhavam: nenhuma delas conseguia absorver a mão-de-obra excedente da região, o que dificultava a implantação de uma economia capitalista fortemente alicerçada sobre o consumo. (RANGEL et al, 2010, p. 203)

Nessa perspectiva, vemos Chiru, fortemente perpassado pelas reverberações da Revolução de 23, que se vê desprotegido do poder colonial-feudal da estância. Expulso dela e do que o configurava como indivíduo, vê-se no caminho da miséria das regiões mais favelizadas das cidades interioranas da Campanha, executando as mais diversas funções de labor citadino, mas sem de fato conseguir se desenvolver economicamente.

Na continuação desse processo, vemos este radicalizado em João Guedes. Diferente de Chiru, já está em idade mais avançada e constituiu sua vida pelo trabalho rural. Pela expansão do latifúndio, ele é expulso da sua terra arrendada e, sem perspectivas, parte para a cidade onde sua miséria se desencadeia exponencialmente, levando a sua morte. Guedes vive o fortalecimento do latifúndio pós Revolução de 30 e o Estado Novo.

Uma grande característica do herói do romance histórico é a sua humanidade em suas decisões e interações com o meio, objetivando "ao figurar as crises históricas da vida nacional, [...] mostrar a *grandeza humana* que se desnuda em seus representantes significativos a partir da comoção de toda a vida da nação." (LUKÁCS, 2011, p. 70) Chiru exemplifica esse processo no episódio da votação, no qual se submete a votar no partido situacionista, mas, em sua confusão na votação, emprega em si os desejos de um povo maltratado por uma forma de mudança. (MARTINS, 1988c, p. 124). Já em Guedes, esse otimismo é dilacerado pela força-matriz da história, e suas respostas mostram essa aporia. Embora não de uma grandeza humana, *a priori*, vemos a situação do contrabando ao qual o gaúcho se submete para sua subsistência e de sua família (MARTINS, 1988b, pp. 61-63), mesmo que isso o degradasse moralmente, bem como a venda das últimas ligações concreta de sua vida no campo: seu cavalo e seus arreios (MARTINS, 1988b, p. 94), o ato nobre gera uma reação afetuosa de Maria José. (MARTINS, 1988b, p. 95)

Do processo de início de miséria em Chiru, chegamos no estabelecimento desta na figura de João Guedes que, por outro lado, é forçado a sair de sua propriedade para que o fazendeiro local, Júlio Bica, possa expandir sua produção

pecuária (MARTINS, 1988b, pp. 16-20), obrigando o gaúcho a se dirigir à cidade, em um espaço que lhe é hostil e o suprime de possibilidades de subsistência, o que empurra o protagonista ao roubo e ao contrabando.

João Guedes, um dos assíduos frequentadores do boliche do capitão, mudara-se da campanha havia três anos. Três anos de pobreza na cidade bastaram para o degradar. Ao morrer, não tinha vintém nos bolsos e fazia dois meses que saíra da cadeia, onde estivera preso por roubo de ovelha.

A história da sua desgraça se confunde com a maioria a da maioria dos que povoam a aldeia de Boa Ventura, uma cidadezinha distante, triste e precocemente envelhecida, situada nos confins da fronteira com o Uruguai (MARTINS, 1988b, p. 16)

Essa é a primeira menção ao personagem principal e também ao micro espaço que se desenvolve a história. De um ponto de vista linguístico, cabe salientar que é interessante notar uma certa associação entre ambos pontos apresentados. João Guedes é descrito como degradado pela pobreza, enquanto a cidade é precocemente envelhecida, funcionando razoavelmente como um espelho entre homem e local. Nessa amálgama, vemos o espaço constituído em tal decadência causada pelo recorte histórico.

Uma cidade, que deveria ser um farol de prosperidade, incorpora essa massa de gaúchos infelizes, compartilhando de sua própria miséria e reorganizando todas as dinâmicas do Rio Grande do Sul da República em um microesfera: como o ponto de refúgio desse êxodo rural, como campo das disputas políticas entre chimangos e maragatos (esses últimos como detentores do poder municipal), das relações de classe acirradas como, por exemplo, na relação entre as primas Maria José e Querubina, na qual a prima abastada se coloca como uma patrona da prima pobre, até onde suas relações sociais não sejam prejudicadas pela relação.

Além de tudo, é notório que um dos motes do romance é a desconstrução do mito do gaúcho “forte”, imaginado, Pires (2011, p. 51), entende a partir da apresentação de Fagundes (MARTINS, 1988b, p. 11) que

as características que foram construídas no imaginário coletivo, como o gaúcho sendo forte, destemido, guerreiro, são postas em contradição, provocando um estranhamento inicial no leitor. Com o decorrer da narrativa, outras personagens vão sendo apresentadas da mesma forma, como o próprio João Guedes e seus companheiros de boliche.

Esse estranhamento apenas contribui para reverter a lógica construída em torno do que a representação do gaúcho se apresentou desde o século XIX e

corroborar com a ideia de apresentar a degradação moral desses gaúchos. O espaço citadino pobre de Boa Ventura, a aldeia, nos é apresentado pelo capitão Fagundes da seguinte forma:

Fagundes caminhava sorumbático entre os casebres da aldeia. Eram ranchos de pedra, mas de uma pedra qualquer, da que estivesse mais à mão; de tábuas de caixão; de lata de querosene; de barro, de torrão, de lona de saco. Uns eram achatados, outros pontudos, e a maioria de uma peça apenas. Ruelas, becos, estradinhas cruzavam-na em todas as direções. O conjunto se assemelhava a um acampamento em desordem. Povoava-a uma gente andrajosa, sem ocupações certas e por vezes faminta. Vivia-se ali em promiscuidade. As crianças, débeis, não raras completamente nuas, criavam-se ao Deus dará, batendo nas portas menos miseráveis, correndo atrás dos que passavam, pedindo sempre. (MARTINS, 1988b, p. 14)

Sendo esse lugar inóspito, cruel e decadente, ainda se constituía como o único local com uma perspectiva de futuro para os camponeses gaúchos. O próprio nome da cidade carrega essa visão, Boa Ventura; porém, ao mesmo tempo carrega uma ironia frente ao futuro do protagonista (MAGGIONI, 2007, p. 5). Perspectivas que logo se frustrariam e que foram apresentadas a Guedes por um conhecido: “O fim de todos nós é lá na cidade, aparrados naquele chiqueiro.” (MARTINS, 1988b, p. 39)

Cabe comentar como é emblemático que o fim da cidade tenha sido o fim, de fato, de Guedes, e que este comentário tenha sido feito no seu velório. Um fim que o próprio Guedes previa: “[...] O pobre do finado Guedes sabem o que me disse? Eu é que não vou me metê lá, pra morrê à míngua! Parece que o coitado ‘stava adivinhando.” (MARTINS, 1988b, p.40), ao conversar com Eusébio que se gabava de enxergar há muito tempo que os pobres da campanha terminariam amontoados em alguma cidade, “como capão para consumo” (MARTINS, 1988b, p. 40)

Dessa forma, quando falamos primeiramente do espaço geográfico que é descrito para o romance, devemos retornar às noções da produção do espaço social de Henri Lefebvre. Por meio da teoria do sociólogo francês (LEFEBVRE, 1991, p. 73), o espaço se produz por efeito de ações passadas, que se construíram no processo histórico, garantindo sua forma material.

É por meio das modificações do modo de produção na Campanha gaúcha que a vila de Boa Ventura se constrói como o fim desses gaúchos, seja pelo fim da vida em si ou pela possibilidade da dignidade do viver. Esses efeitos das ações passadas, da história, é o que permitirão novas ações ou proibições de ações que

se materializam em João Guedes e sua família. Este espaço social interiorano é incapaz de permitir o desenvolvimento pleno da vida desses gaúchos quase expatriados, no sentido que o que conhecem como pátria são seu modo de vida rural.

A degradação moral de João Guedes segue um caminho doloroso: principia na perda de suas terras, a mudança difícil para a cidade e sua sobrevivência nesta, a fuga de uma filha de cada, a morte de outra, a prisão do gaúcho por contrabando, o empobrecimento exponencial e, finalmente, seu suicídio.

Porém, no plano simbólico, a marca final desta degradação ocorre nos momentos em que, para arrecadar dinheiro, o protagonista decide se desfazer do seu cavalo e dos seus arreios. O cavalo lhe garantiu “um sortido para quinze dias” (MARTINS, 1988b, p. 94), mas o definia como o gaúcho a pé definitivamente:

Guedes saiu a passos trôpegos pelo caminhozinho pedregoso, levando os seus arreios de campeiro para vender ao primeiro que lhe desse vinte ou trinta mil réis. Cortava assim o último tento que o prendia à vida passada. Curvava-se à fatalidade, cedendo a um designio doloroso de gaúcho “de a pé”. (MARTINS, 1988b, p.95)

Utilizando palavras de Ana Paula Maggioni (2007), sob a perspectiva da viagem, entendemos que o fim da personagem está conectado com a sua trajetória, e o caminho para a morte, calçado por uma rede de tragédias, é também sua libertação. Entretanto, esse caminho final, após a perda simbólica do seu *status* de centauro dos pampas, se dá a pé - o que pode ser lido da seguinte maneira: a morte definitiva do mito do gaúcho, marmorizado pelo Partenon Literário; e o novo caminho a ser seguido pelos gaúchos, abandonando essa tradição e, de certa forma, se apropriar de uma nova identidade como um cidadão do mundo moderno, como parece acontecer em *Estância Nova*, na figura de Ricardo.

Logo, acompanhamos o devir da história massacrando a vida desse gaúcho.

Não é uma relação cronológica, amontoada de fatos embutidos na trama; a história se faz presente nas consequências que os rumos da política borgista afetam a vida do protagonista e de seus camaradas. É em cada parte de si perdida, primeiro sua terra, depois seus filhos, suas oportunidades de subsistência, que o motor da história afeta a vida do pequeno habitante da Campanha. As grandes manobras do governo se mostram ausentes textualmente, só suas consequências atestam sua presença.

Ressalta-se, então, como o espaço social se institui na Campanha, obedece a relação de tempo e espaço que Lefebvre propõe em sua teoria: o tempo é diacrônico; no espaço, essa relação se constrói pela sociedade em ato, pela produção da atividade social em si (LEFEBVRE, 1991, p. 110). A ausência direta dos movimentos da macro-história é um mecanismo que Lukács observou em Scott e entende como parte de um romance histórico. Aqui, precisamos falar do autor e sua visão da história como pré-condição do presente (LUKÁCS, 2011, p. 36; LUKÁCS, 2011, p. 282), por meio desta visão apurada o aprofundamento histórico de Cyro Martins consegue demonstrar de forma verossímil qual a situação desse camponês expulso de sua terra e as razões que o levam à tal miséria deste gaúcho a pé.

O cerne histórico em *Porteira fechada* parece estar na queda de um coronelismo decadente, que dominou as relações políticas do Sul na República Velha de uma forma que constrói uma espécie de analogia com a queda do feudalismo e a ascensão do capitalismo.

Se, como discutido na subseção anterior, encontramos, em *Sem rumo*, a queda do espaço idílico da estância como este lugar onde o estancieiro controla uma horda de peões, em *Porteira fechada* esse espaço está dissolvido. É tal movimento que causa a expulsão de Guedes de sua terra, ao fim e ao cabo, o proprietário do arrendamento decide focar sua produção em uma pecuária de corte moderno. Ter uma população sob sua tutela não vai ao encontro dos anseios econômicos do latifundiário.

Para isso dispunha dum argumento poderoso, que todos respeitam na campanha, ricos e pobres; aquele campo seria incluído na internada de boi! E internada de boi se respeita, porque esse bicho é delicado, não engorda com barulho, com trânsito... Além disso, posteiro não se usava mais. Pra quê? Uma estância como a sua, toda tapada, marchava lindo com três ou quatro peões. E isso mesmo porque era caprichoso, gostava de tudo bem arreglado. A rigor, até dois mensuais bastavam. (MARTINS, 1988b, p. 20)

Afinal, Cyro Martins encaixa-se na seara de escritores que antecipam a História na Literatura,

mostrando a região da campanha gaúcha nos meados do século XX, quando passa por muitas transformações em suas estruturas sociais e econômicas. A urbanização refletia maior diversificação da economia, e se fazia sentir no modo de viver e trabalhar até nas mais remotas regiões rurais do Rio Grande do Sul. (NETO, 2011, p. 23)

No entanto, essa diversificação é uma das causas da miséria de João Guedes, pois o posteiro não possui os requisitos de também se diversificar, o levando a todo tipo de labor, chegando a um ponto crítico do contrabando, prática comum dos miseráveis da Fronteira.

De acordo com Lefebvre (1991), o espaço também é um meio de produção. Embora na primeira vez que tal ato é cometido (MARTINS, 1988b, p. 62), o gaúcho se mostra profundamente envergonhado de tal atividade, o procedimento é recorrente e o leva à prisão, eventualmente. Sendo, inclusive, reconhecido e incentivado pela esposa Maria José, pois “sabia que ele não prestava pra mais nada, que já era quase um inválido e que, além de tudo, dera em beber ultimamente.” (MARTINS, 1988b, p. 65)

Nesse aspecto, em um campo de caráter mais político, a faceta que mais converge ao percurso da história ainda se mantém nas práticas de coronelismo que, no recorte histórico, já se encontra em queda. Como é possível atestar neste testemunho do Coronel Ramiro:

Desde que o apearam do mando, queda automática, sem ruído, dependente do golpe central que derrubou o Governador do Estado, o coronel vinha guardando a mais estrita compostura, alheio a toda e qualquer reunião pública. Mas o certo é que já andava cansado da monotonia do ostracismo. Os trabalhos da estância não constituíam distração que o satisfizesse. Acostumado a ser a primeira figura em todos os acontecimentos municipais, doía-lhe o olvido que mergulhara. Antes o tivessem prendido ou exilado. Assim ainda poderia passar por um dos mártires de regime caído. (MARTINS, 1988b, p. 41)

Apesar disso, a personagem Fagundes é a mais enriquecedora nesse tópico, pois mostra as relações do coronelismo no nível do “homem comum” e não no jogo burocrático entre o partido e os coronéis.

Já foi discutido no terceiro capítulo desta dissertação: as relações de coronelismo envolviam o uso da repressão e controle da população por meio de nomeação de correligionários. É o caso de Fagundes, que executou todo tipo de ação a mando do Coronel Ramiro. O próprio capitão discorre sobre: “Reminiscências turbulentas avivaram-se na memória do capitão. Descomposturas, sovas de relho, estaqueamentos, talhos, homens ensanguentados, detonações de revólver!” (MARTINS, 1988b, p. 58).

Por meio desse tipo de comportamento, ganhou uma reputação que amedrontava outros cidadãos:

Leandro resvalou o olhar demorado, cheio de significação, pelas costas volumosas do capitão. Conhecia-lhe a fama, e só em lembrar certos fatos da vida, arrepiava-se. Mas isso não impedia que o tratasse com delicadeza. Demais, eram correligionários... E Fagundes não podia perder oportunidade para se vangloriar de ser o homem de confiança do Coronel Ramiro, chefe incontestável do município. (MARTINS, 1988b, p. 32)

Conforme se atesta no trecho acima, essa ligação com o coronel tenha dado uma certa reputação, também se torna um dos motivos de sua ruína. Com o coronel fora do poder no município de Boa Vista, o capitão também perde seu cargo e se estabelece como bolicheiro, sem grandes perspectivas e sempre atormentado pelo seu passado e seus crimes, o que eventualmente o leva à loucura.

É nesse comportamento que vemos o próprio Fagundes, outrora membro ativo da lógica coronelista, passa a contestar o poder do próprio Coronel Ramiro e conseguir arrumar alguma vantagem, ao repassar o coronel sua desconfiança de que Quevedo soubesse mais do que deveria do assassinato do jornalista, causando a ira do coronel:

A estas palavras, Ramiro indignou-se. Pisou forte no soalho. E por instantes as suas pisadas reboaram com a mesma ostensiva energia de outrora. Em que época, em que mundo estavam? – interrogava-se, furioso, contendo-se a custo para não cair sobre aquele indivíduo com seus palavrões. Já se vira desaforo igual? Tipos da laia do Quevedo e do Fagundes se tramarem em parceria para lhe extorquir dinheiro, dele, que durante trinta anos fora o tutu de Boa Ventura, e mais que de Boa Ventura, da fronteira! Quem é que ia pra cadeia ali sem o seu consentimento? Que deputado a fronteira mandava sem sua aprovação? (MARTINS, 1988b, p. 67)

Isto posto, são essas relações de comunicação quase rebeldes que entendemos a mudança de paradigma nas estruturas do Rio Grande do Sul: o coronelismo começa a perder seu *status* de domínio político total, é “o período de transição pelo qual o Partido Republicano passou, da ação predominante ao declínio no cenário político estadual” (CARDOSO, 2009, p. 21). É neste cenário que a estrutura quase feudal do estado desmorona, mas não sem manter uma nostalgia latente que institui esse modo de produção vivo apenas no mito.

Desse jeito os três foram se adiantando na noite, bebendo por desfastio, conversando de longe em longe, rindo às vezes, cortando fumo, fechando cigarro, acendendo, tirando umas tragadas, apagando, prendendo de novo, mas fazendo tudo sem vontade, sem coragem, com amargura. Só se animavam quando um ou outro evocava uma história da vida “dantes”. Esse “dantes”, tão frequente na boca daqueles derrotados, parecia se referir a um período mais longínquo do que o era realmente, a uma época que pertencera a poucos, aos escolhidos pela sorte, a uma era de largueza inacreditáveis, de abundância, de bravura, de vitórias, vivida por homens guapos! Hoje em dia... Bah! E balançavam em silêncio as cabeças tontas, penalizados de si mesmos e do mundo que era outro. Mas em breve um

menos entorpecido destorcia a língua, reavivando as lembranças. E aqueles homens estropiados assanhavam-se por instantes, sôfregos por reviver cada qual as suas façanhas, as caras como que incendiadas por uma labareda. Era uma lufada de “dantes” que soprava no boliche, cheia de recordações. E mais duma vez reboaram gargalhadas do tempo extinto.

Mas, como sempre, chegou a hora do grupo dispersar. Então, os vultos ensombrecidos e murchos retomaram os seus rumos e os seus tormentos. (MARTINS, 1988b, p. 63)

De acordo com o visto na reunião de gaúchos, só a lembrança nostálgica não é suficiente. O que outrora é recriado com saudosismo, como um tempo áureo, é um escape frente ao novo modo de produção. A única solução são as reuniões desses gaúchos para se embriagar (MARTINS, 1988b, p. 98), porém, são reuniões sem um grau de amizade ou de afeto, criando um processo de favelização no qual “[c]ada um vivia para si o seu drama” (MARTINS, 1988b, p. 98).

O mito sobrevive, mas cobra essa sustentação por marginalização desses homens e mulheres por sua degradação enquanto seres humanos. O tempo da estrutura feudal da campanha gaúcha finda-se, o que fica para esses seres estropiados é uma tradição já impraticável.

Parece se impor aqui a noção da tríplice dialética da constituição do espaço social: ele precisa ser vivido, o que as personagens fazem com grande profundidade. Todas as dificuldades que Guedes e seus companheiros perpassam ao falhar sem se adaptar ao novo espaço que o Rio Grande lhes impôs. É percebido pela frustração em entender que esse espaço lhes nega qualquer escape: o “povo” é o fim, as antigas relações de quase vassalagem se desmontam, o mundo para estes gaúchos é preservar as invernadas em virtude de sua dignidade.

Por fim, é concebido para experimentar sensivelmente essa nova realidade material: a fome, a falta de emprego, a pobreza e a degradação, a morte, etc. Como verificou Rangel et al (2010, p. 205): “não existe um final feliz, pois aos pobres, Cyro Martins delegou o tripé miséria-doença-morte; aos antigos poderosos, a decadência e o abandono de seus agregados e dependentes e aos segmentos médios, uma vida de mesquinhas.”

“Que paz naqueles campos!” (MARTINS, 1988b, p. 127) É assim que o romance se finda, narrando o estado frutífero e próspero longe “de Boa Vista, lá no fundo estância, numa invernada de dez quadras de sesmaria, lotada de bois” (MARTINS, 1988b, p. 127), a terra de Guedes que se tornou uma invernada, sem praticamente nem um sinal de vida humana, mas na qual desfrutava um belo dia

onde os animais aparentam uma paz idílica e, mais importante, “que engorde dava aquela invernada!” (MARTINS, 1988b, p. 127)

A ironia desse final é gigantesca, em suma, ela segue o funeral de Guedes, no qual prosseguiu sobre uma chuva cerrada e sem trégua e testemunhou a tristeza da viúva Maria José e sua sensação de apoio, por si e pelos filhos que ainda estavam sob seus cuidados. Essa chuva que permitiu a invernada estar em um momento tão auspicioso, tal qual a destruição desta família e do gaúcho João Guedes. O espaço sempre é dotado de significação.

Em retrospectiva ao início do romance, percebemos que esta ironia é cíclica. Quando o fazendeiro Júlio Bica informa o despejo de Guedes, fica claro o objetivo do latifundiário em relação à propriedade do gaúcho, que acabou por se concretizar.

Desamanchá-lo-ia, claro, antes que algum aproveitador se lembrasse de lhe pedir a morada. Aliás, em qualquer circunstância, não cederia o lugar a ninguém. Para isso, dispunha de um argumento poderoso, que todos respeitavam na campanha, ricos e pobres; aquele campo seria incluído na invernada de boi! E invernada de boi se respeita, porque esse bicho é delicado, não engorda com barulho, com trânsito... Além disso, posteiro não se usava mais. Pra quê? Uma estância como a sua, toda tapada, marchava lindo com três ou quatro peões. E isso mesmo porque era caprichoso, gostava de tudo bem arreglado. A rigor, até dois mensuais bastavam. (MARTINS, 1988b, p. 20)

Pires (2011, p. 54) percebe essa ironia e a condiciona como um “meio para denunciar as arbitrariedades de um sistema que gera grandes desigualdades em seu cerne”. A ironia inicial denuncia o que acontecerá; a final prova desta denúncia, ou seja,

pode-se afirmar que o romance representa uma ruptura de um modo de organização social, de construção identitária que apontava para o esfacelamento da tradição e a constituição de um outro modo de representação social que ainda não estava definido. O seu desfecho pode ser compreendido como uma barreira intransponível para as desigualdades sociais que se instalam no Rio Grande do Sul do início do século XX, sendo que o título *Porteira fechada* se torna sugestivo ao negar qualquer forma de transposição da construção cultural calcada na tradição. O narrador, desse modo, utiliza a ironia como elemento provocador dessa negação, afirmando que os campos permaneciam em paz, ou seja, o ser humano representava um conflito que não podia mais ser mascarado com o discurso histórico oficial. Esse fato gerava desconforto, desacomodava as certezas e provocava modificações no cenário social que seriam irreversíveis, porém sem que fosse possível vislumbrar o ponto final em que suas veredas iriam se convergir. (PIRES, 2011, p. 62-63)

Se a porteira se fechou para João Guedes, para os gaúchos se mostrava mister buscar uma estrada nova para prosseguir. Essa busca de um caminho novo

parece ser o cerne que fechará a trilogia em *Estrada nova*, em um momento como frisa Décio Freitas, em sua resenha sobre *Porteira fechada*,

No tocante à apropriação do solo, está acontecendo o contrário: um assalto voraz à pequena estância, causador em grande parte da crise profunda que a nossa campanha está atravessando, crise traduzida num êxodo sem precedente para as pequenas cidades do interior e para a capital, em índices de miséria, de mortalidade infantil de subnutrição simplesmente apavorantes. (MARTINS, 1988b, p.8)

Esse testemunho pareceu se sustentar no tempo e nem mesmo a visão, talvez, otimista do romance final parece ter o revertido.

4.4. *Estrada nova*: qual é o novo caminho?

Demorou-se um pouquinho apoiado no cinamomo, grosso e velho, com três ou quatro ramos secos, algumas folhas amarelas, exibindo lanhos no tronco nodoso. Mordiscando um palito, esquadrinhou em derredor. Tudo tão pacífico, a natureza tão perfeita, a manhã tão limpa, a aragem duma frescura de cacimba! E dizer-lhe que, com um dia assim, havia por esse mundo gente de bofes tão azedos, que pensava em atirar bombas, dar tiros, destruir edifícios, matar e saquear! Pra quê? Não ia tudo bem? (MARTINS, 1988a, p. 46)

Os parágrafos iniciais do romance *Estrada Nova* (1954) são um prólogo para entendermos os conflitos decorrentes do imposto êxodo rural da campanha sul-riograndense para as cidades. Fenômeno que se destacou nas primeiras décadas do século XX, sendo, no romance, focado ao redor do Estado Novo (1937-1945). O tom da narração, naturalmente, é melancólico, dada a desumanização que a expansão dos latifúndios para o agronegócio, principalmente a pecuária, causa ao gaúcho da campanha.

O primeiro episódio narrado no romance apresenta uma cena de suicídio de um antigo tropeiro, Policarpo, que, forçado a largar a vida da campanha, se muda para Porto Alegre e é incapaz de viver dignamente.

O acontecimento da véspera, que se desenrolara às escondidas e sem ruído no sótão da pensão, como convém aos finais miseráveis, deixara-o

estonteado. De resto, comovera a todos os hóspedes, à dona, à cozinheira, à arrumadeira, mas, sem comparação a ele, Ricardo, muito mais que aos outros, embora sua aparência discreta não dissesse isso na hora do alarme, enquanto os demais se afobavam, comentavam detalhes do fato, subiam e desciam correndo a escada, tumultuavam a casa, mas na verdade não ajudavam. Mas não era calma, a sua, era perplexidade. Aquilo o tomara de surpresa, daí seu ar de atropelado, pois fizera amizade com o velho Policarpo desde os primeiros dias de sua chegada na pensão. Nos primeiros instantes sentiu-se incapaz de mover uma palha, o pensamento concentrado no destino daquele pobre homem, que viera de longe, rolando na poeira e no vento, para acabar daquele jeito horrível, enforcado com o seu maneador campeiro, preso a um barroto do sótão, cuja altura mal alcançara para que se cumprisse a sua vontade. Ainda momentos antes do desfecho tinham conversado um bocado, tomando uns mates, sem ele nada notar que pudesse despertar suspeitas de semelhante decisão.

— Fui homem de carregar a guaiaca cheinha de libras, seu Ricardo!

E aí vinha de novo a enfiada das suas histórias de antigo tropeiro fronteirista, cruzando para todos os lados, de dia ou na escuridão da noite, a campanha gaúcha de princípios do século. Na pensão e no mundo todo, Ricardo era o único que o ouvia com atenção e respeito, como se ouvisse seu próprio pai.

— Já vivi como gente! (MARTINS, 1988a, p. 11)

No decorrer da estória, Policarpo é exposto ao processo da modernização e às mudanças socioeconômicas que elas impõem à vida na campanha gaúcha. Versa, ainda, como nos dois primeiros romances da trilogia, *Sem rumo* (1937) e *Porteira fechada* (1944), sobre a expulsão do gaúcho da terra, entretanto, em *Estrada nova*, deixa-se em aberto uma perspectiva de uma sociedade mais justa. O que torna o início do romance irônico quando justaposto a seu título. Se *Estrada Nova* oferece uma possível saída para o problema do gaúcho a pé, por que iniciá-lo com um suicídio?

No início desta seção, ilustramos uma passagem do romance que mostrava uma situação que era um produto da expulsão já concretizada do gaúcho. Porém, ao longo do romance, nos é revelado o processo em si, acontecendo com a família do protagonista, Ricardo. A terra que Jagunta e sua família arrendam é comprada pelo coronel Teodoro; este exige que a família se retire da localização, mesmo que não possuam meios de arranjar uma nova moradia ou meios de subsistência. Esta situação faz com que Jagunta, ao percorrer a campanha, despovoada, com "invernadas que se estendiam a perder de vista", porém com "[b]om gado de corte, de um lado e de outro" (MARTINS, 1988a, p. 15), reflita sobre sua própria situação frente ao novo estado da campanha:

Pensando na longa vida de trabalho, de mingüado proveito pessoal, sendo mandado a maioria das vezes, gastando-se a serviço de interesses alheios,

sentia que a sua velhice cansada descambava agora, irremediavelmente, sem um apoio, sem uma garantia, sem um reconhecimento da sua antiga competência de campeiro, para compridos dias de miséria. (MARTINS, 1988a, p. 16)

Essa percepção é mais acentuada em um diálogo entre Jagunta e outro tropeiro, o último muito mais atento às condições materiais e a sua posição de classe que desenhavam sua condição. Afinal, ao lado da modernização econômica, uma crise social atingiu a Campanha, pois os estancieiros acumulavam enormes riquezas, e se via um empobrecimento maior da população rural trabalhadora (RECKZIGEL, 2007, p. 39). Este empobrecimento pela falta de campo parece funcionar, neste diálogo, como um efeito metafórico, pois a falta de campo só observada para os tropeiros, os coronéis cada vez mais aumentavam suas terras para a pecuária.

— É, amigo, depois de velhos, vamo tê que nos torná povoeiros!
— Até parece uma praga, esta falta de campo — arrematou Jagunta, já meio cansado do assunto.
— Mas campo hay... — retrucou Calixto, de supetão, esticando o braço na direção da porta do galpãozinho, os dentes à mostra, como sempre, esverdeados de mate. (MARTINS, 1988a, p. 17)

Por outro lado, enquanto os tropeiros eram sufocados pela busca de como sobreviver, conhecemos os pensamentos matinais do coronel Teodoro, grande pecuarista da região, que se regozija dos lucros que suas terras geravam mais do que suficiente para a manutenção da fazenda.

Voltou a se ocupar de negócios. Na véspera terminara a esquila. Quase quinze mil quilos de lã. Também, o inverno favorecera os criadores. Os rebanhos atravessaram um verão a outro sem oscilações de engorde. Fazendo um cálculo razoável, não querendo ser exigente nem exagerado, aquela partida iria aos seiscentos mil cruzeiros, aproximadamente. Somando esse monte aos dos novilhos, ao das vacas, ao dos capões e ainda aos dos cavaleiros... Barbaridade! A safra naquele ano passaria do milhão. Os couros, os pelegos, a cerda e os turinhos ficavam para a despesa da fazenda. E ainda sobrava. (MARTINS, 1988a, p. 18)

O próprio pertencimento de classe do coronel Teodoro pode ser expresso em seu orgulho com sua propriedade privada, causa do seu enriquecimento pessoal e de um, agora decadente perante ao que foi na Primeira República, domínio não exclusivo sobre a terra, mas sobre quem a cultivava sob sua tutela, visto que "[a]li ele mandava. Aquilo era seu" e sua visão era contemplada com "um olhar *soberano*

e *orgulhoso*" (MARTINS, 1988a, p. 29, *grifo nosso*). São duas novas condições históricas que formam esse novo espaço social gaúcho.

O poder que a propriedade privada exercia era a base do sistema coronelista da primeira metade do século XX, pois "em função do controle de algum recurso estratégico, em geral, a posse de terra, exerce sobre a população um domínio pessoal e arbitrário, que a impede de ter livre acesso ao mercado e à sociedade política" (CARVALHO, 1998, p. 132-133 apud AXT, 2007, p. 89).

Entretanto, esse poder ruiu a partir dos anos 1930. O excerto abaixo retrata a melancolia do coronel Teodoro, que, embora esteja lucrando mais no novo esquema capitalista da campanha, sente que seu poder político, quase feudal, diminuiu bastante pelo despovoamento que ele mesmo é parcialmente responsável.

Entretanto, pensando com frieza, reconhecia com alguma mágoa que já mandara mais naquele vizindário, que a sua autoridade e sua prepotência foram, outrora, mais temidas. Sim, já tivera muito mais gente à sua roda para lhe obedecer e servir. Durante anos a fora o mandachuva não somente do pessoal da fazenda, peões e posteiros, que viviam na sua dependência imediata, como de uma chusma de vizinhos, pobres uns, remediados outros, formando todos a comparsaria da *sua gente*. Esses não existiam mais por ali. Alguns até não existiam mais em parte alguma. Às vezes, em horas de recolhimento, como aquela, em que se entregava a reflexões mais francas consigo mesmo, sentia crescer dentro do peito uma sensação penosa, que talvez fosse pelo desgosto de haver afugentado todo aquele pessoalzinho da redondeza que por tanto tempo vivera sob sua tutela, debaixo do seu mando, enxameando o seu campo, chegando a cada instante na fazenda para lhe pedir favores e conselhos de toda ordem, desde os respeitantes à família até os referentes a trabalhos, negócios, doenças. Incomodavam-no muitas vezes, mas agora que já não os tinha à sua volta e à disposição para fazer valer o seu mandonismo, não raro sentia falta daquela miuçalha, do seu barulho, dos seus cachorros, das suas encrencas, dos seus pedidos. Afinal, eram eles que lhe davam o prestígio de que gozara no distrito, pois com aqueles elementos chegara a atingir a cifra de quase cinquenta eleitores numa das últimas eleições pleiteadas antes de 30. [...] E hoje? Quando se interroga assim, tem pensamentos melancólicos. Hoje, numa eleição, naquela, por exemplo, que estava pintando, a do Getúlio novamente? Uns três ou quatro. E não seria por falta de dinheiro. A sua fortuna dobrou, triplicou. (MARTINS, 1988a, p. 58-59)

Na figura do subprefeito Lobo, mostra-se umas das práticas comuns do coronelismo, o qual se sustentou mesmo quando este sistema já não gozava do prestígio de outrora: a escolha de autoridades em comum acordo entre o governo estadual e os coronéis locais.

— Era? Ainda é. Não cai nunca o desgraçado! Pois o Lobo andou fazendo também um servicinho, me negaceando. Eu farejei logo a artimanha do asqueroso. Se espalhou no ar, em seguida, a catinga de urubu. Esteve duas

vezes aqui, assim como quem não quer nada, como se chegasse por acaso. Eu me fiz de sonso, deixei que me tenteasse com a sua lábia. Ele proseou mui às buenas. Duma feita até almoçou aqui. Me lembro, me lembro bem, foi depois de elogiar o arroz-doce da velha, e nem era dela, era da Celeste, que me perguntou, com o jeito mais disfarçado deste mundo, por que eu não metia a pua no seu Leandro, que andava ganoso por este campinho... Veja só a manha do bicho! Quem não conheça que te compre! Ele tem feito muitas e boas nesta campanha. Não é de balde que continua no cargo. Tem servido muito ao seu Leandro, ao coronel Teodoro e a outros. (MARTINS, 1988a, p. 39)

Outro exemplo dessa prática pode ser exposto quando o coronel Teodoro usa o subprefeito como intermediário para "assustar" Jagunto, em uma tentativa mais incisiva de reclamar o pedaço de terra em que vivem o arrendatário e sua família, por vias de uma intimação por invasão da propriedade alheia.

— Sim. O coronel Teodoro me deu parte do seu marido. Ele comprou este campo há seis meses e não há jeito de vocês saírem daqui. Já mandou o capataz uma meia dúzia de vezes avisar que tinham de sair e não fizeram caso. Isso é um abuso. É invasão de propriedade alheia. É crime. E a minha obrigação, como autoridade, é fazer cumprir o que é de direito, e pouco se me importa se o acusado é pobre ou rico.

— Mas o Jagunta já explicou um mundaréu de vezes para o coronel que nós não se mudemo ainda não foi por falta de vontade de servi ele, foi por não tê pra onde i. Mas não tê mesmo. (MARTINS, 1988a, p. 79)

Como efeito dessa despovoação da Campanha, parece haver um efeito de reconfiguração destes até então campeiros. Ricardo, que saiu do interior, em ocasião de servir, eventualmente se estabiliza em Porto Alegre. Isto causa uma amálgama entre os dois mundos no próprio olhar de Ricardo para o mundo. No episódio da viagem do protagonista de volta à casa dos pais, vemos que certos modos “da Capital” se impregnaram neste:

— Sujeito bruto! Cavalão. Parece que nunca andou no meio de gente. – Falou entredentes, mais para dentro que para fora, medindo com o olhar o tamanho do outro e mal contendo seus ímpetos de vingança. Mas ficou por aí nomais, meio envergonhado, se achando covarde e ao mesmo tempo se justificando: não estava para arregalias!... (MARTINS, 1988a, p. 22)

Uma combinação do ímpeto guerreiro do mito gaúcho com a polidez do sujeito moderno constrói a relação de Ricardo com sua terra natal. Aparentemente, é neste sentido que há de se ler o título do romance, a *Estrada nova* é o caminho que essa nova constituição do gaúcho se reconstrói para um progresso.

Esse universalismo que foi adquirido na capital faz com que uma nova consciência tenha se despertado no protagonista.

Ricardo principiava a sentir-se irritado com a viagem cansativa e, balanceando as perspectivas da estada, nos pagos, pressentia que o passeio não lhe traria o repouso que desejava. Que fazer, porém, se a sua índole era assim, de rebeldia às situações de injustiça, onde quer que as encontrasse?

Compreendia, com lástima, que a grande maioria dos que, como ele, nasceram na campanha, ainda não havia se dado conta daquela situação. E, claro, conservar aquela gente na ignorância dos seus direitos e da sua força era do interesse dos Teodoros e Leandros Antunes. (MARTINS, 1988a, p. 56)

Em conversa com seu Osório sobre o estado da campanha, Ricardo dá a entender que há gente em Porto Alegre que pensa nos direitos dos trabalhadores rurais. Entretanto, aconselha seu Osório a ser cuidadoso com quem divide certas opiniões, pois pode ser considerado um ato criminoso. A luta de classes está bem expressa aqui.

— Quero lhe prevenir, seu Osório, que os homens que falam nisso têm que falar com cuidado, olhar para os lados, averiguar bem com quem conversam, porque às vezes até são presos. Uma coisa que não devia de ser, mas é. Acontece, por exemplo, que os fazendeiros não querem saber dos campos povoados de gente, como antes, no tempo dos agregados. Eu não lhes tiro a razão de um tudo, mas que destino agarram os viventes desses rancherios?

— Ué, a beira da cidade está lá esperando, pra se morrer.

— Eles querem os campos povoados de gado.

— Como campeiro sei: quanto menos gente, melhor, menos movimento, mais paz nos campos, engorde mais firme dos bois...

— Não se esqueça, seu Osório, falar nisso, em certas ocasiões, é perigoso. E não falta quem diga que é crime.

— Crime? — E logo acrescentou, com raiva: — E não será crime encurralar o pobrerio na beira da cidade, onde vai tinir de fome? (MARTINS, 1988a, p. 42)

Também vemos isso em como Ricardo se posiciona após tomar conhecimento das ações do subprefeito Lobo, a mando do coronel Teodoro, para com sua família.

— Para que tu vais procurá sarna pra te coçá? No meu parecer, não arranjam mais nada com esse homem. Assim, paciência, seja o que Deus quiser!

— O fato é que, por aqui, ainda tudo acontece conforme a soberania do coronel Teodoro.

— Ele é o forte e nós somos os fracos.

— É o que te parece. Faz horas que o tempo está dando voltas, sem sair do mesmo lugar.

— O meu pensar é outro. Isso de deixar o tempo correr era bom, não sei, no tempo de dantes. Agora eu digo que, se não se resiste, se não se protesta, eles vão cada vez mais trepando na gente. Eu sou do acordo de resistir! Você já viu, meu pai, rico, e ainda mais fazendeiro, facilitar as cousas para o pobre? De livre e espontânea vontade, nunca! Pode ser que se cagando de medo...

— Mas escuta, meu filho, tu mesmo não disseste que as coisas estão se parando mui pretas lá pelo centro?

— Ah, lá isso é verdade — concordou Ricardo, sacudindo a cabeça, com um meio sorriso na face, como quem salvaguarda segredos.

— Pois então?

— Mas nem sempre será assim. Dia virá em que essa lagoa há de secar...

— Pois é, meu filho, vejo que tens razão. Mas no ponto em que estamos, por agora não adianta espernear. Vamos nos mudar, nomais. Deixa quieto esse unha de fome. Se for no caso de vingança, Deus se encarrega.

— Eu por mim, ia protestar, esse bicho não me assusta. Mas, já que não querem... (MARTINS, 1988a, p. 99)

O desejo da família não foi respeitado. Ricardo enfrenta o coronel Teodoro e acaba incendiando um dos campos do manda-chuva acidentalmente. O que acarreta um novo momento na história, na qual o coronel suspeita de uma revolta comunista iniciado por Ricardo ao atacar a região, causando um episódio, à sua maneira teatral, com ganhos políticos para políticos governistas, como o advogado dr. Serafim.

Nesses episódios, entendemos que a configuração de Ricardo é de um herói lukásciano, aos moldes de Scott. Vemos que seus ímpetos e paixões são *medianos*, em um sentido no qual a forma do herói deixa de ser individual e se sublima numa consciência social. Ele é um meio, um caminho para a possível solução do destino dos pobres gaúchos. Ricardo não seria um mártir, ele é um produto da nova configuração da luta de classes no espaço social recém-configurado. Ricardo não é a (ou uma) revolução, é o alicerce estruturado dos pensamentos e anseios da “peonada”.

Acertadamente, a existência e posição de Ricardo é equilibrada com a de coronel Teodoro, um outro lado da moeda, mas também parte do esqueleto social da Campanha, pois, por um lado, tenta preservar o mito do gaúcho, mas já se viu absorvido dentro da nova configuração capitalista. É um recurso estético para causar, nas palavras de Lukács, uma fluidez histórica do alinhamento do povo. Afinal, “a grande tarefa do romance histórico é precisamente a *invenção ficcional* de personagens do povo, de personagens que encarnem a vida interior do povo e as importantes correntes que se manifestam nele.” (LUKÁCS, 2011, p. 384-385)

O episódio do engodo comunista abala tanto o coronel que ele projeta o desmoronamento de sua posição, o que nos interessa, pois representa por extensão o desmoronamento do quase feudal Rio Grande do Sul, isto é, o ponto final desta reconfiguração deste espaço social no desaparecimento de um umbu.

Mal abriu a porta, levado pelo hábito de anos, seu olhar voou na paisagem rasgada, cintilando aos raios do sol mil poças d'água espalhadas sobre a superfície do campo. Procurava o seu umbu. De vereda, porém, achou-se com uma surpresa desoladora, com a qual nem sequer sonhara que um dia pudesse acontecer. Onde estaria o seu umbu? Seria cousa das suas vistas? Agachou-se, tornou a endireitar-se, saiu para a área, desceu os degraus, e acercou-se do parapeito, caminhando duro, teso, de olhar fixo no fio da coxilha. Qual nada, nem sinal! Um raio a teria prostrado? Mas raio, segundo a tradição, não derruba umbu, lasca, queima uns galhos, seca um costado, deixa meio morto, mas de pé. Então foi a tormenta, um golpe de vento, um furacão. Enfim, fosse lá o que fosse, o caso é que não existia mais o seu umbu, aquela árvore soberba, apoio da sua vista e do seu coração.

Teodoro sentiu-se abalado por uma tontura, parecendo-lhe mesmo que ia cair. Nunca em toda a existência emoção alguma conseguira efeito semelhante no seu rijo organismo. Baixou a cabeça e voltou para dentro de casa, com uma lentidão de doente, indo sentar-se no seu canto, na sua banca, procurando amparo nas coisas familiares, com uma sensação esmagadora de fim próximo. O seu mundo desmoronava. De repente, tudo passara a indicar que já não seria mais o mandachuva da Estância Velha e redondezas, respeitado e temido, e a sua fazenda e ele e a sua gente e tudo mais que amara até aquele dia iriam seguir em breve o mesmo destino da árvore centenária que tombara [...] (MARTINS, 1988a, p. 119-120)

Se anteriormente, nesta dissertação, foi discutido que a estância seria similar a um feudo, para o recorte histórico de *Estrada nova* é outro ideograma que se desmancha. A modernidade chega no interior gaúcho por meio da estrutura e das superestruturas; logo, o espaço social se produz por meio das forças produtivas.

Por um lado, o novo modo de administrar as fazendas, ao molde capitalista; por outro, os dispositivos da modernidade se estabelecem como bens de consumo, “um dos melhoramentos do vulto introduzidos na segunda reforma da estância, quando instalou luz elétrica, comprou rádio à bateria e refrigerador à querosene” (MARTINS, 1988a, p. 29), ou modos de agir (ou reagir) em sociedade.

Historicamente, é estabelecido o caráter anticomunista do Estado Novo. Ao mesmo tempo, o mundo vivia a Guerra Fria. Isso se transmuta para o espaço de *Estrada nova* sob a forma de um possível atentado comunista no interior do Rio Grande do Sul, arquitetado de um medo de Coronel Teodoro de um incidente em Porto Alegre.

— Sim, o rádio deu. Mas não precisas te assustar. A ação do chefe de polícia (aquilo, sim, que é chefe de polícia!) — exaltou-se, brandindo o dedo animosamente. — foi fulminante. Em poucas horas botou tudo em ordem. Os criminosos estão na cadeia, como merecem, e o Estado todo em paz. Pelo menos assim anunciou o rádio. Mas eu é que não me fio muito nesta calma, porque essa gente é danada. Fui bobo, e como eu muitos, ao supor que eles tivessem se aquietado com o fechamento do partido. Qual nada! Os acontecimentos estão dizendo. Agora me convenço que dois olhos abertos são poucos. E dizer que a gente se deixa estar aqui, numa época perigosa destas, nesta campanha deserta, sem policiamento, que nos livre ao menos dos gatunos de garupa, que são uns infelizes. (MARTINS, 1988a, p. 49)

A paranoia do medo de uma revolução comunista é um dos pilares deste Rio Grande integrado num início de globalização. Todavia, apresenta-se como uma velha polarização política gaúcha: maragatos e chimangos, borgistas e assististas. Agora, altera-se isso para uma postura de defesa e destruição do Capital, pois,

o crescimento das forças produtivas não conduz à constituição de um espaço ou de um tempo que resultariam segundo um esquema causal. Mediações e mediadores se interpõem: grupos atuantes, razões no conhecimento, na ideologia, nas representações. Um tal espaço contém objetos muito diversos, naturais e sociais, redes e filões, veículos de trocas materiais e de informação. Ele não se reduz nem aos objetos que ele contém, nem à sua soma. Esses “objetos” não são apenas coisas, mas relações. Como objetos, eles possuem particularidades conhecíveis, contornos e formas. O trabalho social os transforma; ele os situa diferentemente nos conjuntos espaço-temporais, mesmo quando respeita sua materialidade, sua naturalidade: de uma ilha, de um golfo, de um rio, de uma colina etc. (LEFEBVRE, 1991, p. 77)¹⁵

A defesa do capital funciona como uma defesa da velha política gaúcha, pois Dr. Serafim, a quem Teodoro busca ajuda, utiliza desse pânico dos soviéticos como uma plataforma política para sua eleição de deputado e uma maneira de conseguir fundos para o Partido (MARTINS, 1988a, p. 132).

O aspirante a deputado produz um engodo tão articulado, mobilizando a visita de um bispo à Brigada Militar, a qual chega a tentar prender o prefeito de São João

¹⁵ Tradução nossa a partir do texto em inglês: the growth of the forces of production give rise in any direct causal fashion to a particular space or a particular time. Mediations, and mediators, have to be taken into consideration: the action of groups, factors within knowledge, within ideology, or within the domain of representations. Social space contains a great diversity of objects, both natural and social, including the networks and pathways which facilitate the exchange of material things and information. Such 'objects' are thus not only things but also relations. As objects, they possess discernible peculiarities, contour and form. Social labour transforms them, rearranging their positions within spatio-temporal configurations without necessarily affecting their materiality, their natural state (as in the case, for instance, of an island, gulf, river or mountain).

Batista por associação com comunistas (MARTINS, 1988a, p. 148), logrando em sair como o salvador da cidade frente ao comunismo em um grande comício.

Por outro lado, no que tange à manutenção das fazendas, é recebido com enorme espanto e desdém às reformas trabalhistas introduzidas por outro fazendeiro da região. Uma pequena melhora na qualidade do campesinato, como salários melhores, acomodação digna, exigências sanitárias.

- Não será comunista esse Alfeu ou será só bobalhão?
- Acho que é as duas coisas, pois está repartindo o que tem com os empregados. Veja só: o capataz ganha mil cruzeiros, tem casa e sustento pra família; os menusais, com cama e mesa, trezentos...
- Por sorte, esse exemplo não vai ter tempo de pegar. Nessa marcha, esse maluco não vai longe, quebra logo. Se não, ia nos dar transtorno. Você já se lembrou disso? Amanhã, qualquer pé-rachado não ia querer se empregar por menos de trezentos cruzeiros (MARTINS, 1988a, p. 96)

Por fim, nem mesmo o coronel Teodoro pode se opor firmemente à modernização que se alastrou na campanha, afinal ia “fazer como a maioria dos fazendeiros — se mandar de muda para a cidade e só viria ali de vez em quando” (MARTINS, 1988a, p. 189-190). Uma mudança amarga que lhe pôs em uma precoce nostalgia causadora de uma sensibilidade incomum ao coronel.

Estava com vontade de chorar. Chorar por conta da mudança, da saudade que iria sentir de sua casa, daqueles descampados, do seu umbu, dos seus cavalos, alguns envelhecendo junto com ele... Do seu prestígio perdido e, sobretudo, da sua fama de homem bom que se fora por água abaixo! (MARTINS, 1988a, p. 190)

Destoando do desfecho de *Porteira Fechada*, *Estrada Nova* nos apresenta não uma invernada próspera, mas um “deserto, sequer um ruído de bicho entre macegas” (MARTINS, 1988a, p. 191). O que expõe um contraste com o pensamento de Jagunta, que lembrava das conversas com o filho:

Quando viriam os homens dos quais ele falava com tanta crença? Aqueles homens que, como dizia Ricardo, pensavam “na gente” e que um dia viriam pela “estrada nova”, a galope, alvissareiros, cortando os campos verdes, acordando os pagos, anunciando uma fartura de verão chuvoso, enriquecendo de alegria o coração dos pobres! (MARTINS, 1988a, p. 191)

Infelizmente, nunca chegaram.

5. Considerações finais

O Rio Grande do Sul talvez tenha tido seu período de maior turbulência nos 50 anos iniciais do século XX, período no qual precisou enfrentar as consequências políticas, econômicas e sociais do século XIX: seja uma cisão entre os grupos políticos buscando controle do estado, as diversas crises da matriz principal econômica gaúcha, a agropecuária e a problemática do êxodo rural.

Todas essas problemáticas são mostradas em um panorama de três romances de Cyro Martins, *Sem rumo* (1937), *Porteira fechada* (1944) e *Estrada nova* (1954), na chamada Trilogia do Gaúcho a pé. Desta forma, se propôs uma análise sobre essas mudanças sócio-históricas e as consequências para o povo campeiro sul-rio-grandense. Para tal, buscou-se alicerces teórico em dois eixos, um para a análise de personagem e um para a questão do espaço, ambos de filiação marxista.

No primeiro eixo, elegeu-se o pensamento acerca do herói do romance histórico e da visão de história propostos pelo filósofo húngaro György Lukács. O autor traçou uma análise em diferentes momentos do século XIX e XX da forma romance histórico.

Salientamos, na análise desta dissertação, três pontos propostos pelo crítico: (1) o autor do romance histórico precisa ter em sua faculdade criativa que a história se constitui como pré-condição para o presente; (2) o autor precisa incluir, como consequência de entender a história, os problemas do povo; e, por fim, (3) herói do romance histórico precisa ser uma personagem medíocre, no sentido de não trazer a grandiosidade de um herói da epopeia, mas também ser descaracterizado de paixões e ações grandiosas. Assim, considerando que

[a] objetividade do grande escritor resulta da ligação objetiva e ao mesmo tempo viva com as grandes tendências do desenvolvimento histórico. E o "engajamento do sujeito agente"? Este brota de modo igualmente orgânico da luta das forças históricas na realidade objetiva da sociedade humana. É fetichismo moderno acreditar que as tendências atuantes na história possuem uma forma inteiramente independente dos homens, uma objetividade totalmente separada deles. Em toda a sua objetividade, em toda a independência de sua existência em relação à consciência humana, elas são antes o resumo vivo das aspirações humanas, que nascem das mesmas bases socioeconômicas e visam aos mesmos objetivos sócio-históricos. Para os homens que têm laços íntimos e vivos com essa realidade, o conhecimento correto e a atividade prática não são uma oposição e sim uma unidade. Lenin tem razão quando se opõe a Struve,

que queria contrabandear o conceito burguês da estéril "objetividade científica" para o interior do movimento operário revolucionário: "Por outro lado, o materialismo traz dentro de si, por assim dizer, o elemento do engajamento, na medida em que é obrigado, em cada avaliação de um acontecimento, a assumir direta e abertamente o ponto de vista de certo grupo social". (LUKÁCS, 2011, p. 335-336)

Assim, podemos eleger os três romances de Cyro Martins para uma leitura como romances históricos, pois encontramos em suas três obras os três elementos propostos na obra de Lukács.

Afinal, todos os problemas que as personagens dos três romances sofrem são consequências diretas da história. O posicionamento do autor se constitui como pensar o presente da Campanha gaúcha como dependente de todas as mudanças do Rio Grande do Sul. Além disso, todos os protagonistas, Chiru, Guedes e Ricardo, conseguem se encaixar no ideal de herói scottiano, todos eles, em maior ou menor grau, sofrem as consequências do processo histórico que atacou o Sul e perceberam este problema e como os afetava como classe. Em Chiru, vemos a falha na adaptação à expulsão do campo, mas um início de compreensão em entender quem é o que o causava tanta aflição. Guedes, por outro lado, cede à total desumanização do camponês gaúcho. Ricardo é o mais engajado, não apenas vive o problema do povo, mas já se organiza politicamente para enfrentar esse problema.

O segundo eixo proposto é pensar qual é esse espaço e como ele se constitui. Para tal tarefa, optou-se pela teoria da produção do espaço social do filósofo francês Henri Lefebvre. Nessa teoria, conseguimos entender o espaço como um produto das relações de produção do capitalismo, em uma relação íntima com a história, a natureza, a divisão social do trabalho e as superestruturas, de forma a pensar o espaço em três dimensões: o que é vivido, percebido e concebido.

Portanto, os dois eixos, as duas teorias parecem se complementar e, muitas vezes, se misturam de uma forma que é impossível pensar em personagem sem pensar espaço e vice-versa. Os três protagonistas, por suas experiências, vivem todas essas mudanças que acontecem: os três vivem o êxodo rural, condição do cerceamento e expansão dos latifúndios causado pela implementação de uma modernização do capitalismo no estado; conseqüentemente, precisam enfrentar a realidade do espaço citadino e sua hostilidade para esta mão-de-obra não especializada que não pode exercer seus conhecimentos rurais nas novas profissões do meio urbano e se acumula em periferias nas cidades do estado.

A percepção provém de maneira incipiente em Chiru, podemos lembrar o episódio final de *Sem rumo* e como, em uma ação talvez inconsciente, o gaúcho se recusa a votar no partido situacionista que pode ser responsabilizado pela sua miséria. Guedes, de maneira quase determinista, entende que o “povo”, a cidade, é seu lugar de fim, de morte, antecipando seu próprio suicídio; e Ricardo, já ciente do que acontece na Campanha e engajado politicamente, procura e luta por uma estrada nova para seu povo.

O espaço, enfim, concebe-se em suas relações materiais em um desmoronamento do estado quase feudal do Rio Grande do Sul, desde a saída do estancieiro em *Sem rumo*, passando pelo esvaziamento sistemático da Campanha e expulsão dos seus habitantes em *Porteira fechada*, até o isolamento e fim do feudo e, por extensão, do coronelismo, personificado no coronel Teodoro, que vê sua fortuna crescer, mas sua influência e poder político morrer por ter esvaziado sua região

É válido retomar uma discussão que ainda é recorrente dentro dos estudos literários e conversar diretamente com o *corpus* literário desta dissertação: o termo regionalismo. Podemos usar o termo tradicionalmente, seguir o caminho de Cyro Martins e diferenciar regionalismo e localismo, atender ao crítico gaúcho José Clemente Pozenato e trabalhar com regionalidade. O que se pode concluir é que o regionalismo, principalmente, para a literatura gaúcha se constrói em conformidade com a literatura do centro: uma continuação do projeto romântico de buscar o que é, de fato, nosso. Nesta busca criou-se a ideia do mito do gaúcho. Nas propostas modernistas que esteticamente se assemelham ao projeto romântico, mas ideologicamente se distanciam, abre-se caminho para a destruição do mito e endereçar os problemas que estes gaúchos, agora a pé, sofreram.

Entretanto, foi possível notar que o mito não foi destruído na trilogia, mas muitas vezes reforçado. Parte do que constitui esses gaúchos a pé são as ilusões que se alicerçam em outro fundamento ilusório que é o mito do gaúcho centauro dos pampas, mesmo que este não possa sobreviver no presente histórico.

Enfim, entende-se que é uma abordagem interessante propor os três volumes da Trilogia do Gaúcho a pé como romances históricos e utilizar os pressupostos analíticos oferecidos por Lukács, bem como entender o Rio Grande do Sul desses gaúchos como um espaço produzido pelo capitalismo e de abranger a leitura desta regionalidade da trilogia como um aspecto *particularizante* de algo que integra o

universal. A História é o fio condutor de uma história desses pequenos heróis, e a história destes pequenos heróis é a nossa história.

Por meio desse pensamento, podemos concluir como a obra de Cyro Martins se atualiza e continua relevante dentro dos estudos literários e mesmo como tópico de interesse da historiografia. Os problemas dos gaúchos a pé continuam a existir, suas problemáticas estão distantes de se resolver, talvez estejam mais acentuadas e com novas frentes de ataque como a uberização e a pejotização da classe trabalhadora brasileira.

Referências

AQEL, Maria Eloiza Carvalho. **A evolução da figura do herói gaúcho em três fases do tempo**. 2011. Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul.

AXT, Gunter. Coronelismo indomável: o sistema de relações de poder. In: GOLIN, T.; BOEIRA, N. (Org.). Coleção: História Geral do Rio Grande do Sul. **República Velha (1889-1930)**: v. 3, t. 1. Passo Fundo: Méritos, 2007, p. 89-128.

BERND, Zilé. Síntese da dissertação O gaúcho a pé: romance social de Cyro Martins. **Organon**, Porto Alegre, v. 15, n. 15, p. 143-145, jan./dez. 1986.

BOSI, Alfredo. **História Concisa da Literatura Brasileira**. São Paulo: Cultrix, 2015.

CANDIDO, Antonio. Revolução de 30 e a cultura. **Novos Estudos**, São Paulo, v. 2, n. 4, p. 27-36, abr. 1984.

CARDOSO, Caroline dos Santos. **Literatura e História na trilogia de Cyro Martins: a representação dos gaúchos e prendas a pé**. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Letras) – Faculdade de Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

COSTA, Ana Maria Machado da. **O apostolado positivista e o castilhismo na construção do Direito do Trabalho no Brasil**. 2006. Dissertação (Mestrado em História) — Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

EAGLETON, Terry. **Marxismo e crítica literária**. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

FRANCO, Sérgio da Costa. O Partido Federalista. In: GOLIN, T.; BOEIRA, N. (Org.). Coleção: História Geral do Rio Grande do Sul. **República Velha (1889-1930)**: v. 3, t. 1. Passo Fundo: Méritos, 2007. p. 129-170.

GRECCO, Gabriela de Lima. Da pós-modernidade ao cânone literário: a identidade sul-riograndense construída através dos textos literários. **Revista de Educação, Ciência e Cultura**, Canoas, v. 20, n. 2, p. 51-69, jul./dez. 2015.

GONÇALVES, Angélica Pereira. Prazer, sou Dyonélio Machado, autor de *Os Ratos*. In: Congresso Nacional de Linguística e Filologia, XV, 2011, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: CiFEFil, 2011, p. 2664-2671.

LARA, Elizabeth Rizzato. O gaúcho a pé: processo de desmistificação. *Signo*, Santa Cruz do Sul, v/ 5, n. 7, p. 4-34, jan./jun. 1979.

LEFEBVRE, Henri. **The Production of Space**. Tradução de Donald Nicholson-Smith. Oxford: Blackwell, 1991.

LOPES, Cicero Galeano. Literatura gaúcha. In: _____. **Literaturas americanas**. Porto Alegre: ediPUCRS, 2012, p. 7-22.

LUKÁCS, Georg. **A teoria do romance**. São Paulo: Editora 34, 2000.

LUKÁCS, Georg. Introdução aos Escritos Estéticos de Marx e Engels. In: _____. **Ensaio sobre Literatura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965, p. 11-42.

LUKÁCS, György. **O Romance histórico**. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2011.

MAGGIONI, Ana Paula. Porteira fechada sob a perspectiva da viagem. **Nau Literária**. Porto Alegre, v. 3, n. 1, p. 1-7, jan./jun., 2007.

MARTINS, Cyro. **Estrada nova**. Porto Alegre: Movimento, 1988a.

MARTINS, Cyro. **Porteira fechada**. Porto Alegre: Movimento, 1988b.

MARTINS, Cyro. **Sem rumo**. Porto Alegre: Movimento, 1988c.

MORETTI, Franco. **O burguês: entre a história e a literatura**. Tradução de Alexandre de Moraes. São Paulo: Três Estrelas, 2014.

NETO, Guilherme Howes. **De Blau Nunes a João Guedes: o imaginário e as representações do gaúcho em “Contos Gauchescos” (1912) e “Porteira Fechada” (1944)**. 2011. Monografia. (Especialização em História do Brasil) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria.

PEREIRA, Ledir de Paula. **O positivismo e o liberalismo como base doutrinária das facções políticas gaúchas na revolução federalista de 1893-1895 e entre maragatos e chimangos de 1923**. 2006. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) — Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980a. (Série Revisão 1)

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **República Velha Gaúcha: charqueadas, frigoríficos, criadores**. Porto Alegre: Movimento, 1980b.

PIRES, Elize Huegel. **A Trilogia do Gaúcho a Pé, de Cyro Martins, na contemporaneidade: uma obra além do seu tempo**. 2011. Dissertação (Mestrado em Letras) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

POZENATO, José Clemente. **O Regional e o Universal na Literatura Gaúcha**. Caxias do Sul: EDUCS, 2009.

RANGEL, Carlos Alberto da Rosa; FERREIRA, Simone Becker; MARTENS, Fabíula dos Santos. A Campanha Gaúcha na Obra de Cyro Martins. **Revista Mosaico**, Goiânia, v.3, n.2, p.199-208, jul./dez. 2010

RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti; AXT, Gunter. Apresentação. In: GOLIN, T.; BOEIRA, N. (Org.). Coleção: História Geral do Rio Grande do Sul. **República Velha (1889-1930)**: v. 3, t. 1. Passo Fundo: Méritos, 2007. p. 9-18.

RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti. 1893: a revolução além da fronteira. In: GOLIN, T.; BOEIRA, N. (Org.). Coleção: História Geral do Rio Grande do Sul. **República Velha (1889-1930)**: v. 3, t. 1. Passo Fundo: Méritos, 2007. p. 23-56.

SCHMID, Christian. A teoria da produção do espaço de Henri Lefebvre: em direção de uma dialética tridimensional. Tradução de Marta Inez Medeiros Queiroz e Marcelo Barreto. **GEOUSP – espaço e tempo**, São Paulo, v. 32, p. 89- 109, 2012